

A avaliação da CAPES segundo os estudos CTS



CTS em foco

VOLUME 6, NÚMERO 1

boletim **ESOCITE**.BR 

A avaliação da CAPES segundo os estudos CTS

JAN - MAR 2026

ISSN 2675-9764

DIRETORIA BIÊNIO 2025-2027

Presidente: Bráulio Silva Chaves (CEFET/MG)

Vice-presidente: Nilda Nazaré Pereira Oliveira (ITA/SP)

Vice-presidente: Polyana Aparecida Valente (UEMG/MG)

Secretária-Geral: Marília Luz David (UFRGS/RS)

1ª Secretária: Daniela Tonelli Manica (UNICAMP/SP)

Tesoureiro: Alberto Jorge Silva de Lima (CEFET/RJ)

2º Tesoureiro: Júlio Cezar Gaudêncio da Silva (UFAL/AL)

Conselho Deliberativo: Aline Radaelli (INPA/AM) | Ângela Camana (UFPA/PA) | Daniel Guerrini (UTFPR/PR) | Débora Allebrandt (UFAL/AL) | Fabrício Neves (UNB/DF) | Ivan da Costa Marques (UFRJ/RJ) | Isabel Cafezeiro (UFF/RJ) | John Bernhard Kleba (ITA/SP) | Laís Fraga (UNICAMP/SP) | Noela Invernizzi (UFPR/PR) | Paulo de Freitas Castro Fonseca (UFBA/BA) | Ricardo dos Santos Batista (UFBA/BA) | Rosana Castro (UnB/DF) | Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar/SP)

EXPEDIENTE DO BOLETIM

coordenação geral	Adriano Premebida (TEMAS/UFRGS)	
coordenação temática	Fabrício Monteiro Neves (UnB)	
conselho editorial	Fabrício Neves (UnB)	Wilson Pedro (UFSCAR)
	Guilherme Sá (UnB)	Débora Allebrandt (UFAL)
	Ivan da Costa Marques (UFRJ)	Ana Lucia Lage (UFBA)
	Lorena Fleury (UFRGS)	Márcia Ogata (UFSCAR)
	Marko Monteiro (Unicamp)	Lais Fraga (UNICAMP)
	Noela Invernizzi (UFPR)	
comitê editorial	Daniela Alves (UFV)	Julia S. Guivant (UFSC)
	Maíra Baumgarten (FURG)	Adriano Premebida
	Thales de Andrade (UFSCAR)	(TEMAS/UFRGS)
apoio técnico	Ana Carolina Ribeiro Menezes	
projeto gráfico	Igor Almeida	

A visibilidade ou o acesso aos resultados e às discussões científicas e tecnológicas é algo indissociável do empreendimento de pesquisa no mundo acadêmico tradicional, tão corriqueiro que, muitas vezes, torna-se elemento pouco debatido e questionado em seus princípios e métodos de apresentação. De outro modo, o crivo da avaliação em relação a publicações científicas e tecnológicas deixa de pôr em questão as perspectivas sobre ciências e tecnologias com sentido de neutralidade, universalidade, imparcialidade e sem considerações sobre as relações de poder ou as políticas intrínsecas em seu funcionamento e reprodução social.

Os Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias evidenciam questões de suma importância sobre como sistemas de avaliação possuem visões de mundo ou perspectivas políticas como princípios organizadores na produção do conhecimento, não importa qual. O debate do dossiê deste número, acerca da avaliação da pós-graduação brasileira sob o olhar dos Estudos CTS, evidencia questões geralmente deixadas de lado em análises mais institucionais, através dos pares, que acabam se cristalizando como realidade através da Capes.

As características promotoras de exposição dos periódicos científicos não são neutras e uniformes, como se apenas um caminho fosse o correto, pois fruto de um desejo universal. Diversos atributos constituem o alcance e qualidade de periódicos e outras formas de divulgação, e a história das ciências e das tecnologias apontam a diversidade e não a homogeneidade como formas de distribuição de conhecimento, sem esta heterogeneidade abater-se sobre qualidade e credibilidade de áreas e tipos de conhecimento, pelo contrário. A tendência de concentração da publicação científica e tecnológica é um mal sinal em todos os sentidos: linguísticos, geoestratégicos, a maneira como a linguagem natural é utilizada em certos tipos de conhecimentos, nas relações regionais e nos impactos e no sentido local de pertencimento e resolução de problemas dos coletivos que financiam majoritariamente, através de impostos, a produção de conhecimento acadêmico. Essas questões, e muitas outras,

são discutidas neste número do Boletim CTS em foco, em momento importante de transição do sistema de avaliação da CAPES e seus efeitos sobre a pós-graduação brasileira.

Desejo uma ótima leitura!

ADRIANO PREMEBIDA

Coordenador Geral do Boletim CTS em foco

SUMÁRIO

DOSSIÊ TEMÁTICO

- 7** A avaliação da pós-graduação brasileira sob o olhar dos Estudos CTS: Apresentação
POR FABRÍCIO MONTEIRO NEVES
- 11** Sulear a avaliação da CAPES
POR HENRIQUE CUKIERMAN
- 28** Entre métricas e culturas acadêmicas: perfis de produção em uma universidade de pesquisa
POR FLÁVIO BATISTA FERREIRA, CRISTIANO TOREZZAN E PETER A. SCHULZ
- 41** O fim do Qualis CAPES (Ou mais um passo da administração da irrelevância)
POR FABRÍCIO MONTEIRO NEVES E IVAN DA COSTA MARQUES
- 49** Erosão institucional e desmantelamento de políticas públicas no Brasil: entre a caneta e o verbo
POR GUILHERME DOURADO DOS REIS, DÉBORA NAIDHIG, DANIEL DA MOTA NERI, MARINA BETTETO DREZZA, LARA RAMOS, MARIA CRISTINA OLIVEIRA SOUZA E ROSANA ICASSATTI CORAZZA

FLUXO CONTÍNUO

- 58** A regulamentação das IAs no mercado de trabalho: uma questão de justiça, não de progresso
POR IVAN DA COSTA MARQUES
- 64** Os modelos de linguagem em larga escala e a auto-engenharia reversa do *Homo sapiens*
POR DANIEL GUERRINI



DOSSIÊ TEMÁTICO

A avaliação da pós-graduação brasileira sob o olhar dos Estudos CTS

Apresentação

Fabrizio Monteiro Neves¹

A presente edição do Boletim CTS em Foco reúne um conjunto de textos que, a partir de diferentes ângulos analíticos, convergem para uma mesma inquietação: os sistemas de avaliação da ciência não são instrumentos neutros de mensuração, mas dispositivos sociotécnicos que configuram o que conta como conhecimento legítimo, organizam hierarquias epistêmicas e moldam, de forma profunda, a vida acadêmica e institucional. Convocar os Estudos CTS para examinar a própria casa — a avaliação da CAPES e seus efeitos sobre a pós-graduação brasileira — é o gesto político que unifica este dossiê.

O texto de abertura, de Henrique Cukierman, intitulado “**Sulear a avaliação da CAPES**”, oferece uma genealogia da dependência epistêmica brasileira que remonta ao início do século XX, quando o reconhecimento do mérito científico nacional só se legitimava com “a estampilha do velho mundo”. O autor demonstra que essa estrutura persiste sob a forma do internacionalismo provinciano que organiza os critérios da CAPES: um isomorfismo acadêmico que impõe mesmice onde deveria haver diversidade, e que substitui a referência à realidade nacional por uma “excelência sem referente” — noção, segundo Bill Readings, inteiramente autocentrada e vazia

1 É Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 1D). Atua nas áreas de sociologia da ciência, hierarquias científicas e política científica e tecnológica. É ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR) e líder do Grupo TATA-Conhecimentos, Ciências e Tecnologias (CNPq). Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB e é pesquisador do Centro de Estudios de la Circulación del Conocimiento (CECIC/UNCUYO/AR). E-mail: fabriciomneves@gmail.com

de fins. Mobilizando a política ontológica de Annemarie Mol e o conceito de “dispositivos de conhecimento” de Ivan da Costa Marques, Cukierman aponta que avaliar é sempre um ato de produção de realidade, e não de sua mera constatação. Daí a necessidade, inspirada em Paulo Freire, de “sulear” a avaliação: reorientá-la a partir das demandas e das ontologias dos Brasis, em vez de perpetuar a corrida assimétrica rumo a um norte inatingível.

A mesma crítica ao poder homogeneizador das métricas encontra lastro empírico no artigo de **Flávio Batista Ferreira, Cristiano Torezzan e Peter A. Schulz**, “**Entre métricas e culturas acadêmicas: perfis de produção em uma universidade de pesquisa**”. A partir de vinte anos de relatórios institucionais da Unicamp (2003–2022) e do uso de Escalonamento Multidimensional, os autores mostram que a pressão por convergência em direção ao artigo internacional não elimina a diversidade interna das culturas acadêmicas: agrupamentos disciplinares persistem e revelam modos distintos de produzir, comunicar e validar o conhecimento. Um achado metodológico de especial relevância é que a inclusão das comunicações orais como categoria analítica torna visível uma forma de produção que as bases bibliométricas simplesmente apagam. A conclusão é precisa: as métricas não apenas medem a produção acadêmica — elas participam ativamente da definição do que conta como produção legítima, reforçando hierarquias já consolidadas e estreitando o horizonte da bibliodiversidade.

É nesse cenário que Fabrício Monteiro Neves e Ivan da Costa Marques, em “**O fim do Qualis CAPES (ou mais um passo da administração da irrelevância)**”, analisam a extinção operacional do sistema Qualis, formalizada nas Diretrizes para o Ciclo Avaliativo 2025–2028. A decisão de substituir a classificação soberana de periódicos por métricas bibliométricas internacionais — como fator de impacto, CiteScore e índice h — é interpretada como rendição ao mercado editorial globalizado, controlado por grandes conglomerados do Norte Global. Os autores retomam o conceito de “administração da irrelevância” para descrever o processo pelo qual agentes periféricos internalizam e reproduzem,

voluntariamente, os critérios de avaliação dos centros hegemônicos. Os problemas reais do Qualis — inconsistências, periódicos predatórios, calibração entre áreas — eram todos corrigíveis por reforma. A escolha pela extinção revela que a decisão não foi orientada pela busca de qualidade avaliativa soberana, mas pela adesão acrítica a um modelo externo. Para os campos CTS e para as humanidades em geral, o impacto é particularmente grave: a destruição virtual das revistas acadêmicas em português como veículos de circulação científica legítima.

O dossiê se fecha com uma perspectiva de escopo mais amplo, que contextualiza os dilemas da avaliação acadêmica dentro de uma dinâmica institucional mais vasta. O texto de **Guilherme Dourado dos Reis, Débora Naidhig, Daniel da Mota Neri, Marina Betteto Drezza, Lara Ramos, Maria Cristina Oliveira Souza e Rosana Icassatti Corazza**, intitulado “**Erosão institucional e desmantelamento de políticas públicas no Brasil: entre a caneta e o verbo**”, mostra que o enfraquecimento da autoridade científica não é um fenômeno isolado no campo da avaliação acadêmica, mas parte de um processo sistêmico e multiescalar de dismantling institucional. Mobilizando o arcabouço de Bauer e Knill, os autores documentam como estratégias de omissão orçamentária, mudança de arena decisória e ação simbólica negacionista articularam, especialmente entre 2016 e 2022, a erosão de políticas socioambientais, de saúde, de direitos humanos e de ciência e tecnologia. A deslegitimação do INPE, os vetos ao Plano Emergencial indígena durante a pandemia e o licenciamento acelerado de mineração em nome da transição energética são expressões de uma coprodução entre a “caneta” dos atos administrativos e o “verbo” da desinformação institucionalizada. A análise demonstra que reconstruir capacidades estatais e autoridade científica exige reconhecer a dimensão política dessa erosão — uma tarefa que os Estudos CTS estão singularmente equipados para enfrentar.

Lidos em conjunto, os quatro textos descrevem uma topografia comum: a ciência brasileira opera sob um regime avaliativo que, ao mesmo tempo em que pretende medir qualidade, produz subordinação

epistêmica, apaga diversidades legítimas e fragiliza as instituições que deveriam orientar a produção de conhecimento voltado às necessidades do país. O convite que este dossiê estende é o de politizar essa constatação — torná-la ponto de partida para uma agenda de pesquisa e de intervenção que resista à lógica da irrelevância administrada.

ARTIGOS DE FLUXO CONTÍNUO

Integram ainda esta edição dois artigos de fluxo contínuo que, por caminhos distintos, dialogam com as questões do dossiê ao examinar os impactos sociotécnicos das tecnologias de linguagem no trabalho e no sujeito humano.

Ivan da Costa Marques, em **“A regulamentação das IAs no mercado de trabalho: uma questão de justiça, não de progresso”**, questiona a naturalização do discurso do “ganho de eficiência” que acompanha a introdução das inteligências artificiais nas relações de trabalho. O autor desnuda a contabilidade empresarial que ignora o sofrimento e a violência social do desemprego tecnológico e propõe, em contraponto, uma regulação capilar e evolutiva, construída de baixo para cima, capaz de controlar democraticamente o ritmo de substituição do trabalho humano pelas IAs — uma utopia que o autor, com Isabelle Stengers, recusa chamar de impossível.

Daniel Guerrini, em **“Os modelos de linguagem em larga escala e a auto-engenharia reversa do Homo sapiens”**, conduz uma reflexão de fôlego teórico sobre o que os MLLs revelam acerca da natureza da linguagem humana. Ao operar com significantes desprovidos de significado, essas máquinas realizam, paradoxalmente, uma engenharia reversa da estrutura inconsciente que, segundo a tradição de Saussure, Lévi-Strauss e Lacan, é constitutiva do sujeito humano. A delegação às máquinas do esforço simbólico que nos move não elimina a falta constitutiva da espécie: apenas ilude, perigosamente, sobre a possibilidade de sua supressão.

Sulear a avaliação da CAPES

Henrique Cukierman¹

*“Como está bem vestido o rei!
Que cauda magnífica!
A roupa lhe assenta perfeitamente!”
Até que, de súbito, uma criança,
do meio da multidão, gritou:
O rei está nu!*

A ROUPA NOVA DO REI, HANS CHRISTIAN ANDERSEN (1837)

ALGUMA HISTÓRIA

Sob o comando da CAPES, a avaliação da pós-graduação brasileira tem conseguido, apesar das tantas críticas, manter-se a mesma em seus princípios gerais desde 1998². Dada sua permanência na berlinda por todos esses anos, o propósito deste artigo é o de recapitular algumas dessas críticas, procurando, porém, renovar seu interesse temperando-as com novas variações, articulações e referências.

A começar pela busca de origens históricas nos primórdios das ciências no Brasil, mais precisamente no primeiro prêmio obtido na XIV Exposição de Higiene e Demografia, realizada em Berlim entre setembro e outubro de 1907. Era a celebração internacional do trabalho dos cientistas brasileiros na luta contra a febre amarela e a consequente consagração de Oswaldo Cruz no plano interno pois, como observaria um jornal da época, “dir-se-ia que o nosso público sofre de ceticismo do mérito brasileiro,

1 UFRJ

2 Apesar dos registros de avaliação da CAPES remontarem a 1977, foi em 1998 que se implantou o atual modelo com notas de 1 a 7. Para as tantas críticas à avaliação CAPES dos seus primórdios até hoje, veja “Avaliando a avaliação da CAPES ontem e hoje”, de Fabrício Neves e Mauro Callai (2019).

hesita em acreditar nele; e só quando um atestado de valor traz a estampilha do velho mundo, é que nos curvamos à verdade” (*apud* Cukierman, 2007, p.147). Sales Guerra, em sua biografia encomiástica de Oswaldo Cruz, transformaria a premiação em marco referencial: “Data de 1907, do Congresso de Higiene e Demografia de Berlim, a emancipação científica do Brasil, sua reputação de país onde se cultiva ciência autóctone”. Portanto, já àquela época estava-se diante da dificuldade brasileira do reconhecimento do mérito brasileiro, além de outra questão decorrente, se haveria ou não uma ciência nativa (*apud* Cukierman, 2007, p. 310-311). Esta antiga dependência de uma aprovação de fora já havia sido apontada por Sérgio Buarque de Holanda:

“Aqueles [os defensores da causa republicana no século 19] que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a ideia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação **dos outros**.” (*apud* Cukierman, 2007, p. 312, grifos do autor)

Mais de um século depois, a busca por “abafar na Europa”³ persiste através de uma das consignas mastigadas à exaustão nas falas e nos textos de nossas lideranças acadêmicas: a internacionalização.

³ De Leyla Perrone-Moisés (2007, p.27): “Nosso objetivo deveria deixar de ser ‘abafar na Europa’, e simplesmente mostrar a ela o que fizemos de diferente com o que ela nos trouxe”.

A INTERNACIONALIZAÇÃO PROVINCIANA

A busca pela aprovação estrangeira registrada em documentos oficiais da CAPES e de seus Comitês revela um internacionalismo provinciano, de colonialidade indisfarçável, feito de cópia, comparações descontextualizadas e dependência, em lugar de um internacionalismo cosmopolita, feito de ousadia, diálogo e autonomia. Veja-se, por exemplo, o Relatório de Avaliação Quadrienal de 2017, da área de Ciência da Computação (CAPES, 2017, p. 23), em sua justificativa para a concessão da nota 7 a determinados programas de pós-graduação da área: “[sua] produção intelectual [de docentes] e de discentes é comparável aos melhores programas no exterior.”

Esta breve afirmação é suficiente para colocar em cena uma fieira de questões. O recurso ao termo “produção” para se referir a docentes e discentes instaura uma atmosfera fabril, passível de monitoração por métricas de desempenho de corte taylorista de forma a tornar o trabalho comparável, decompondo-o em unidades quantificáveis e mensuráveis⁴ e submetendo-o a padrões de eficiência⁵. Um esforço justificável quando se está à procura de fazer mais do mesmo, de forma padronizada, mas difícil de defender quando se trata de fazer mais do diferente, como é o caso da pesquisa⁶.

A padronização da pós-graduação brasileira, fruto desse regime avaliativo uniforme e centralizado, acaba por impor a todos os programas de pós o mesmo (e ralo) objetivo, a saber, alcançar a nota mais alta possível da CAPES⁷. Assim, torna-os indiferenciados, reduzindo sua margem de autodeterminação e, portanto, se não o viola, no mínimo tensiona o princípio constitucional consagrado no artigo 207 da Constituição de 1988, que assegura às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Pode-se alegar que autonomia não equivale à independência ou soberania, mas é inegável que a avaliação — ao estabelecer parâmetros homogeneizadores — produz um alinhamento progressivo das práticas acadêmicas às regras da CAPES, cuja força, embora não seja diretamente normativa, condiciona a reputação, o financiamento e a própria sobrevivência institucional dos programas. Enfim, se não há violação formal da autonomia universitária, certamente há seu esvaziamento, cuja consequência, talvez a mais gravosa, seja a perda da oportunidade de experimentar novos modelos de pós-graduação a partir do momento em que cada universidade pudesse exercer sua autonomia constitucional para estabelecer suas próprias políticas de conhecimento⁸.

4 Apesar dessas unidades buscarem medir dimensões diversas - publicações, formação, impacto social, etc. - a ênfase de fato recai na quantidade de artigos, conforme veremos mais adiante.

5 Na prática, o padrão de eficiência se reduz a um único número: a nota da CAPES, conforme também veremos mais adiante.

6 Sem entrar no mérito de que mais do mesmo colide diretamente com o outro mantra da academia, a “inovação”.

7 Este objetivo coloca outro problema - a redução simplificadora da discussão estratégica sobre os caminhos da pesquisa - que será apreciado na seção final.

8 Veja mais adiante a discussão sobre política ontológica (6ª seção).

A MESMICE DO ISOMORFISMO ACADÊMICO

Um dos resultados dessa ação homogeneizadora é o que David John Frank e John W. Meyer (2020, p. 37) chamam de isomorfismo acadêmico, entendido como a ausência conspícua dos “... efeitos de lugar — que vinculariam as circunstâncias socioeconômicas locais à pesquisa e ao ensino universitário ... há muita mesmice entre os conteúdos acadêmicos das diversas instituições [universitárias] ...”.

Esse isomorfismo se enquadra no que esses autores denominam de sociedade global do conhecimento: “[a]o redor do mundo, o ensino e a pesquisa aspiram ao isomorfismo, produzindo uma disposição surpreendente em subordinar arranjos locais a modelos globalizados e sistemas de ranqueamento” (Frank; Meyer, p. 22). Através dessa subordinação, a avaliação da CAPES busca alcançar uma espécie de selo de “denominação de origem controlada” – a estampilha do velho mundo – para a “excelência” do ensino e da pesquisa no Brasil.

Neste ponto, a analogia entre “ao redor do mundo” e “ao redor dos Brasis”, assim como a analogia entre “modelos globalizados” e “modelo CAPES”, permite estender a aspiração ao isomorfismo acadêmico às nossas universidades. A imposição de uma avaliação “de cima para baixo”, ao arrepio de sua diversidade, atropela suas enormes diferenças locais e regionais. Ao seguir impávida nessa trilha, a avaliação da CAPES descarta compromissos locais, como a preservação do patrimônio cultural local, o impulsionamento da atividade econômica local ou o apoio aos movimentos sociais locais. (Frank; Meyer, p. 37)

De volta àquela breve afirmação sobre programas nota 7 – “[sua] produção intelectual [de docentes] e de discentes é comparável aos melhores programas no exterior”, examinemos agora o “comparável”. Que comensurabilidade é essa? Uma resposta pode ser encontrada na série de artigos publicados por Renato Janine Ribeiro (2007), então Diretor de Avaliação da Capes, em defesa do seu sistema de avaliação⁹:

⁹ Enquanto ocupava a Diretoria de Avaliação da Capes (2004-8), Renato Janine Ribeiro publicou, de agosto a outubro de 2007, um conjunto de artigos sobre a avaliação da CAPES, disponíveis em https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sistema-nacional-de-pos-graduacao-snpg/permanencia/avaliacoes-antiores/avaliacao-trienal-2007-1/artigos?utm_source=chatgpt.com

“(…) o que a avaliação faz, quando mensura e gera indicadores, não é diferente do que a ciência moderna iniciou no século XVII: *tornar as qualidades em quantidades, fazer o mundo comensurável*. Comparar alhos com peras é difícil, mas se formos aos seus componentes químicos, ou a seus efeitos para a alimentação, conseguimos comensurar uns e outros. Em nosso caso, o ponto de referência para construir escalas comparativas é a formação de mestres e doutores, a cargo de pesquisadores produtivos. Por mais diferentes que sejam as áreas, elas estão formando (...) seus mestres e doutores, e estão produzindo cientificamente (...). É o que permite o cotejamento, bem como a comparação internacional entre o desempenho de nossos programas e os melhores do mundo”. (Itálico do original, sublinhado do autor).

Chama a atenção a confiança irrestrita nos números, na sua capacidade de fazer o mundo comensurável, uma confiança justificada por nada mais nada menos que a própria Ciência. Porém, uma tal comensurabilidade, que parece “natural” e “imediata” quando se comparam efeitos para a alimentação ou componentes químicos, só é possível mediante um extraordinário esforço metrológico, um imenso esforço em padronizar, em standardizar, em criar padrões e consubstanciá-los através de suas relações com instrumentos, laboratórios, instituições de ensino, regulações, coerções e burocracias de estado, sem os quais não é possível sequer comparar pera com pera. Muito menos para responder a mais comezinha das perguntas: imagine dizer que horas são sem relógio atômico e sem Greenwich.

DESNUDANDO OS NÚMEROS

Da mesma forma, imagine dizer quais são as publicações relevantes e estabelecer comparações entre universidades e países sem as poucas e gigantescas agências do capitalismo editorial científico global. Estamos falando de ao menos cinco empresas que obtiveram uma receita de R\$ 112,37 bilhões (US\$ 20,63 bilhões) em 2024: RELX/Elsevier, com uma receita de R\$ 63,6 bilhões (US\$ 12,75 bilhões)¹⁰, Sage com

¹⁰ Disponível em <https://www.relx.com/investors/annual-reports/2024>. Visitado em 03/05/2026.

R\$ 15,84 bilhões (US\$ 3,18 bilhões)¹¹, Clarivate com R\$ 12,8 bilhões (US\$ 2,56 bilhões)¹², Springer Nature com R\$ 10,8 bilhões (US\$ 2,17 bilhões)¹³, e John Wiley & Sons com R\$ 9,33 bilhões (US\$ 1,87 bilhão)¹⁴ ¹⁵. Como se vê, a avaliação é um mercado próspero no qual o Brasil participa como mero consumidor, conformando-se a um padrão global sobre o qual não tem nenhum controle, todo ele nas mãos exclusivas do big business da informação científica, de forma que a comensurabilidade que permite a comparação entre os “melhores” programas do mundo nem de longe apresenta a aparente neutralidade e objetividade desinteressada que a breve síntese de Janine Ribeiro faz supor.

Para esse mercado, o Brasil, cuja soberania sobre a avaliação da qualidade de suas universidades repousa sobre infraestruturas privadas estrangeiras, transfere anualmente cerca de R\$ 1 a 1,5 bilhão¹⁶, sem os quais seria impossível comparar as universidades brasileiras às “melhores” estrangeiras. Todo esse investimento em busca de construir programas que tenham “desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área e que se constitui como referência internacional” (CAPES, 2026, p.28), é costumeiramente monitorado pelo volume de publicações brasileiras no conjunto mundial de publicações. A participação brasileira passou de 0,51% (1996) para 3,50% (2020), um aumento substantivo, todavia recuando para 2,96% em 2024 (BRASIL, 2026). As cifras são baixas, ainda que festejadas por colocar o Brasil entre os 15 países mais publicadores, mas este volume por si só pouco ou nada fala do chamado “impacto” da ciência brasileira, ou seja, do seu reconhecimento e da sua relevância, pois como lembra Bruno Latour (2000, p.170) de forma bem humorada,

“o destino de uma afirmação depende do comportamento dos outros. Você pode ter escrito um artigo definitivo provando que a Terra é oca e que a Lua é feita de queijo fresco, mas esse artigo não será definitivo se outras pessoas não o tomarem e usarem como fato, mais tarde. Você precisa delas para que seu artigo seja decisivo.”

11 Disponível em <https://www.sage.com/investors/investor-downloads/press-releases/2024/11/full-year-2024-results-20-november-2024/>. Visitado em 03/05/2026.

12 Disponível em <https://clarivate.com/news/clarivate-reports-fourth-quarter-and-full-year-2024-results/> Visitado em 03/05/2026.

13 Disponível em <https://group.springernature.com/gp/group/media/press-releases/results-financial-year-2024/27762650> . Visitado em 03/05/2026.

14 Disponível em <https://newsroom.wiley.com/press-releases/press-release-details/2024/Wiley-Reports-Fourth-Quarter-and-Fiscal-Year-2024-Results/default.aspx> . Visitado em 03/05/2026.

15 A conversão de dólar e euro para real foi realizada no site de conversão de moedas do Banco Central, disponível em <https://www.bcb.gov.br/conversao> , em 03/05/2026 (os valores foram arredondados).

16 Por não haver tempo suficiente para a difícil tarefa de compilar essas cifras a partir de fontes oficiais, foram utilizadas três ferramentas de inteligência artificial — ChatGPT, DeepSeek e Gemini — como apoio, sem que, todavia, convergissem para os mesmos números. O total de R\$ 1,5 bilhão corresponderia aos gastos totais de todas as instituições brasileiras e não somente da CAPES (a CAPES informa oficialmente que gasta por volta de R\$ 450 milhões com o Portal de Periódicos), envolvendo o Portal de Periódicos, as taxas de publicação de artigos (APCs - Article Processing Charges), inclusive as pagas via CNPq/FAPs, e os gastos de algumas bibliotecas universitárias como USP e Unicamp.

Portanto, para chegar a uma medida mais reveladora do seu reconhecimento internacional, seria preciso dar um passo adiante rumo ao volume de citações dos artigos brasileiros. Aqui a apuração dos números se mostra mais complexa, mas já é reconhecida a assimetria entre produção e repercussão da ciência brasileira (Souza, 2025). Ao passo que o Brasil figura entre os 14 países mais produtivos em termos quantitativos no mundo, nossos artigos não estão entre os mais citados do mundo ... Em um estudo liderado pelo instituto holandês Rathenau, o Japão figura na 20ª colocação, tendo 0,49% de seus artigos publicados entre os artigos mais citados da literatura. Singapura, Reino Unido, Suíça, Holanda e Estados Unidos, com 1,84%, 1,73%, 1,69%, 1,54% e 1,5%, respectivamente, lideram essa lista¹⁷. O Brasil não figura nessa lista e, em um levantamento da Clarivate Analytics, feito em 2016, o impacto das citações de artigos brasileiros estavam abaixo da média mundial¹⁸. Tal discrepância sugere que, pelo menos quanto às citações, o aumento quantitativo da ciência brasileira não foi acompanhado por um salto qualitativo proporcional.

Em síntese, no nível onde se definem agendas e hierarquias globais do conhecimento, o rei está nu: o Brasil permanece de fora, apesar do volume de publicações melhorar sua visibilidade, mas sem convertê-la em centralidade científica, conforme lembra Latour:

Uma vez que os fatos novos e incontestáveis são criados pela reunião de recursos e pela manutenção dos aliados sob controle, a estratificação em termos de potencial humano, dinheiro e revistas significa que alguns países alistam e outros são alistados. Se um país pequeno quiser duvidar de uma teoria, rejeitar uma patente, interromper a propagação de um argumento, desenvolver seus próprios laboratórios, escolher suas próprias prioridades, decidir que controvérsia deve ser iniciada, formar seu próprio pessoal, publicar suas próprias revistas, criar seu próprio banco de dados, falar sua própria língua, achará que é impossível ... o país que tenha um sistema científico pequeno pode acreditar nos fatos, comprar as patentes, importar conhecimentos, exportar pessoal e recursos, mas não poderá

17 Esses números indicam qual o percentual, entre todos os artigos científicos produzidos por um país, que está no top 1% mais citado do mundo. Tome-se os EUA como exemplo: de todos os seus artigos publicados, 1,5% entram nesse top 1% global. Portanto, o percentual dos EUA é 50% acima do esperado. Veja esses resultados em <https://www.rathenau.nl/en/science-figures/output/publications/top-1-and-top-10-cited-wos>, visitado em 03/05/2026.

18 Veja em <https://propp.ufms.br/files/2018/04/CAPES-In-Cites-Report-Final-2011-16.pdf>, visitado em 03/05/2026.

questionar, discordar ou discutir e ser levado a sério. No que se refere à construção de fatos, um país desses não terá **autonomia**. (Latour, 2000, p. 224-225, grifos do original).

Tantos números trazidos à tona servem igualmente para lembrar que toda contabilidade está relacionada a um enquadramento, a um contexto relacional pelo qual se elegem as entidades que contam – a serem contabilizadas – e as que não contam – as que transbordam do enquadramento. Em última análise, o que conta e o que não conta esclarecem as opções pelo mundo em que queremos (ou não) viver. Se queremos um mundo menos poluído, a contabilidade do preço da gasolina teria de incluir os prejuízos do uso desse combustível à questão ambiental. Tome-se outro exemplo, o de um programa nota 7 localizado no CT - Centro de Tecnologia da UFRJ, na Ilha do Fundão. Advinda de uma contabilidade em busca de sua equiparação internacional, sua nota certamente cairia se incluísse, por exemplo, as limitações advindas da fragilidade da infraestrutura do CT e da violência no vizinho Complexo da Maré¹⁹. Uma terrível realidade, dura de ser enfrentada – o rei está nu – mas um enfrentamento mais construtivo – o de construir o mundo em que queremos viver – do que um tosco triunfalismo sobre a visibilidade de uma pós-graduação nota 7 na cena internacional.

A EXCELÊNCIA SEM REFERENTE

Todavia o pertencimento à ciência “internacional” só é possível através da “excelência”, outra palavra usada à exaustão pelos documentos da CAPES e por boa parte da comunidade acadêmica. Mas deve-se lê-la com a devida precaução: trata-se de excelência apenas para poucos, e não para todos, como deveria ser o ideal de uma rede de universidades públicas federais e estaduais. E como a “excelência” é para poucos departamentos de pós-graduação, ela acaba servindo como instigação à competição entre eles: não é incomum ouvir, em reuniões departamentais, referências a “concorrentes”, como se a

19 Causadora de interrupções reiteradas do expediente universitário por conta de tiroteios.

20 O quesito “Inserção Social” tem peso de apenas 10%, seguido pelos quesitos “Corpo Docente”, com 20% de peso, “Corpo docente, teses e dissertações”, com 30%, e, no topo da relevância do processo de avaliação, “Produção Intelectual”, com 40% de peso.

rede pública, em vez de ser necessária e inteligentemente cooperativa, fosse uma rede privada disputando um imaginário “mercado” da pós-graduação brasileira.

Essa noção de “excelência” — que, vale insistir, é para poucos — revela-se ainda mais problemática por indicar uma universidade orientada por um ideal de produção de conhecimento voltado ao Norte global, desvinculado das questões nacionais que caracterizavam a universidade de cultura no modelo humboldtiano, historicamente a principal instituição da cultura nacional no Estado-nação moderno. Esse ponto é destacado por Bill Readings (1999) ao analisar o que aponta como a crise das universidades nos Estados Unidos e na Europa nos anos 1990. Segundo o autor, a universidade humboldtiana tinha como finalidade articular ensino e pesquisa na produção simultânea da cultura nacional e do sujeito que dela compartilha. Sob o signo da cultura, cabia a essa instituição “zelar pela vida espiritual do povo do Estado racional, reconciliando tradição étnica e racionalidade estatal” (Readings, 1999, p. 15).

A crise universitária mencionada por Readings estaria associada à perda de centralidade dos Estados nacionais nos países do Norte em um contexto de neoliberalismo acelerado. Nesse cenário, a chamada “Universidade de Cultura” cedeu seu lugar à “Universidade de Excelência”, em que o conceito de excelência substitui a cultura nacional como eixo estruturador da formação dos sujeitos nas democracias liberais. Para Readings, “a Universidade de Excelência contemporânea deve agora ser entendida como um sistema burocrático cuja regulação interna é inteiramente autocentrada, sem levar em consideração imperativos ideológicos mais amplos” (Readings, 1999, p. 40). A ênfase em gestão por indicadores de desempenho e rankings universitários seria, assim, consequência de uma concepção de excelência desvinculada de qualquer referente externo, como a ideia de uma cultura nacional:

Enquanto **unidade de valor sem referente externo** e inteiramente interna ao próprio sistema, a excelência não representa mais do que um momento de autorreferência tecnológica. O que o sistema exige é simplesmente que a atividade ocorra, e essa **noção vazia** de excelência não aponta para nada além da otimização de entradas e saídas em termos de informação (Readings, 1999, p. 39, grifos do autor).

É justamente a partir dessa ideia vazia de uma excelência desprovida de referentes — ou, em outras palavras, de uma “pesquisa pura”, alienada das demandas urgentes do Brasil e de sua população — que se pode enquadrar a tão almejada “excelência” presente na avaliação da CAPES.

A AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA ONTOLÓGICA ATIVA

Os problemas e limites da avaliação CAPES elencados até aqui podem ser compreendidos com maior clareza à luz das problematizações contemporâneas trazidas à cena pelos Estudos CTS (Ciências-Tecnologias-Sociedades). Brevemente, para esses Estudos, fatos científicos e artefatos tecnológicos não são neutros, nem a tecnociência que os engendra é universal. Mais ainda: por serem indissociáveis, ciências e tecnologias não possuem um lugar à parte das sociedades, ou dito de outra forma, por se construírem mutuamente, produzir ciências e tecnologias é um ato político por definir o que conta como realidade, problema e solução. Annemarie Mol (1999, p. 74-75, grifos do autor) denomina-o “política ontológica”:

... é um termo composto. Ele fala de ontologia — que, no jargão filosófico padrão, define o que pertence ao real, as condições de possibilidade com as quais vivemos. Se o termo “ontologia” é combinado com o de “política”, isso sugere que as condições de possibilidade não são dadas. Que a realidade não precede as práticas cotidianas nas quais interagimos com ela, mas é, antes, moldada dentro dessas práticas. Assim, o termo “política” serve para sublinhar esse **modo ativo**, esse processo de moldagem, e o fato de que seu caráter é ao mesmo tempo aberto e contestado.

Do jeito que foi formulada e é praticada, a avaliação CAPES recusa-se a adentrar o terreno da política ontológica, preferindo a submissão ao padrão internacional, sustentada pela crença na neutralidade e na universalidade da tecnociência. Assim, não consegue estimular o estratégico engajamento da universidade brasileira em um processo de moldagem da realidade, conforme apontado por Mol, em vez da adoção incontinenti de uma realidade “universal” produzida fora do país.

Ivan da Costa Marques, em seu artigo “Novos elementos para avaliar a avaliação da Capes” (2019, p. 166), parece seguir a trilha da política ontológica ao problematizar a avaliação CAPES, criando primeiramente o conceito de “dispositivos de conhecimento” (seja o “elêtron” ou a “democracia”), que entende como sendo as “entidades (objetos, sujeitos, assuntos, processos, ideias, teorias, práticas) que ganham existência ao estabilizarem-se (provisionalmente) para compor o mundo pensável por um coletivo (de humanos, animais, plantas e coisas)”. Em seguida, propõe o “conceito narrativo do ser”, que permite ao/à pesquisador/a uma intervenção ontologicamente ativa ao trazer “o conceito narrativo dos dispositivos de conhecimentos para situar o conhecimento que ele/a está difundindo ou criando no mundo de um determinado coletivo”, o que implica na recusa “de uma “essência” de um dispositivo de conhecimento para aceitar que o dispositivo de conhecimento “é” as relações que o configuram”. (Marques, 2019, p. 167)

O que está em jogo é a historicidade do dispositivo de conhecimento, capaz de revelar, “desde uma origem até a atualidade”, caminhos “para a prática, necessariamente política, da pesquisa e da gestão”. Seu ponto sobre o fordismo ilustra-o exemplarmente: “O dispositivo de conhecimento “fordismo” (“mais social”) nunca foi o mesmo na Detroit de 1915 e na São Paulo de 1955, e o dispositivo “carro” (“mais técnico”) também nunca foi o mesmo.” É o conceito narrativo do dispositivo de conhecimento que permite identificar e analisar “quais elementos heterogêneos (quem, o que, onde, quando) foram

justapostos e, simultaneamente, aqueles que foram deixados de fora na estabilização provisória do dispositivo de conhecimento, seja ele o “fordismo” (dito) mais social e econômico ou o “carro” (dito) mais exato ou técnico” (Marques, 2019, p. 167).

De acordo com essas proposições, os caminhos que Marques aponta são claros no sentido da necessidade “de encenar o “conceito narrativo” de “dispositivos de conhecimento” selecionados no mundo da vida da pesquisa ... e levar isso adiante em constante atenção às onipresentes colonialidades do poder encrustadas na vida brasileira” (Marques, 2019, p. 169).

Considerando-se ainda que os Estudos CTS privilegiam o trabalho de desfazimento das divisões entre aquilo que está bem estabelecido e aquilo que ainda está por se formar, entre os blocos constitutivos do real que já estão estabilizados e os modos pelos quais poderiam ser ajustados de maneira diferente, “[e]sse trabalho ... retirou dos elementos que compõem a realidade — a realidade em sua **dimensão ontológica** — o seu suposto caráter estável, dado e universal. Em vez disso, argumentou que a realidade é historicamente, culturalmente e materialmente situada” (Mol, p. 75, grifos do original).

Assim se pode compreender que para desenvolver novas realidades e ontologias em diálogo com os Brasis, há que se tráfegar exatamente na contramão da avaliação dessituada da CAPES. Esse suposto “caráter estável, dado e universal” é criticado por Frank e John W. Meyer a partir da própria lógica da “Modernidade”: “A abundante evidência de isomorfismo acadêmico faz muito mais sentido em termos “quase-religiosos”, através do prisma da cultura racionalista e universalista da “Modernidade” (2020, p. 38). É esse missionarismo modernista “quase-religioso” que impede de perceber a tecnociência como uma forma de produção de conhecimento de caráter local, contingente e radicalmente histórico. Portanto, sua suposta universalidade não é um atributo que lhe é intrínseco, mas sim um efeito de enredamentos sociotécnicos, uma construção a ser explorada de

forma a observar o modo como significados produzidos localmente multiplicam-se por tantos outros lugares, e o modo como as representações tecnocientíficas circulam e adquirem legitimidade global (Lenoir, 1997, p. 9).

PROVOCAÇÕES FINAIS

A ausência de uma concertação de políticas públicas que convirjam para uma proposta de Brasil dos próximos anos faz com que a discussão sobre os rumos da pesquisa nos programas de pós-graduação acabe reduzida exclusivamente à busca pela melhor nota possível da CAPES. Sai de cena o indicado – as pesquisas que precisamos empreender para construir o país em que queremos viver –, ficando somente o indicador – a nota da CAPES –, realizando-se assim um deslocamento metonímico que toma equivocadamente o indicado pelo indicador. A tênue presença nos documentos da CAPES de quesitos que poderiam representar referenciais mais locais para o presente e o futuro da universidade brasileira – como a inserção social dos programas de pós-graduação – acaba se mostrando mais retórica do que um mecanismo capaz de agir e performar novas realidades, uma vez que possuem peso irrisório no processo de avaliação²⁰.

Quais as saídas? Não é aqui o propósito de formular saídas, embora tenha ficado claro, se considerados os questionamentos levantados nos parágrafos precedentes, que a avaliação da CAPES terá de passar por uma transformação radical. As críticas aqui elencadas podem servir de subsídio para esta transformação, mesmo que ainda haja muito mais a rever e repensar. Por exemplo, se considerarmos o que propõe Eduardo Viveiros de Castro,

[que] a universidade como um todo tem que começar a ficar atendida ao que está acontecendo no plano do pensamento, fora da universidade, às margens da universidade, por baixo, por cima, pelo lado. Fora do sistema de avaliação da Capes, do Qualis, dessas ferramentas “gerenciais” da produtividade,

do rendimento. Partir para a internet, para a blogosfera, para o copy left, o open access, o informal, a periferia, o mangue, o baixo, o mato (Barcellos, Lambert, 2012, p. 262),

um caminho possível é o de levar a sério a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consagrada também no artigo 207 da Constituição, para privilegiar a extensão na pós-graduação, dando continuidade a um dos legados mais potentes de Paulo Freire para a universidade brasileira. É a extensão que ajuda a trazer as demandas fundamentais da ampla maioria de nossa população – que, afinal, é quem também paga a universidade pública – para dentro de nossas universidades, onde essas demandas possam se tornar temas relevantes de pesquisa e, ao mesmo tempo, que possam ser problematizadas e estudadas em nossas aulas de graduação e pós-graduação. Da mesma forma, a extensão deve ser a porta de entrada dos conhecimentos populares para o interior de nossas universidades, em diálogo com os conhecimentos acadêmicos (Graça, 2024, p. 148,149).

É através desse diálogo, desse encontro com outras ontologias que não a da modernidade ocidental, que outros caminhos rumo a novas ontologias podem ser produzidos. Novas e promissoras perspectivas têm sido abertas fora da academia, como bem exemplificam a emergência na cena brasileira das visões de mundo quilombola e indígena, assim como de novos contingentes discentes oriundos das camadas mais vulnerabilizadas da população graças ao regime de cotas, tornando possível sonhar com a construção de uma universidade mais solidária e popular.

Finalmente, outro caminho está no abandono definitivo de uma espécie de sentimento de inferioridade, denominada por Laymert Garcia dos Santos de “obsessão do descompasso”, provocada pela insistente mensuração da distância entre o Brasil e o Norte global – no nosso caso, a comparação dos nossos programas de pós com os “melhores” do mundo – marcada pela ênfase na falta. E o que é que falta? “A moderna cultura ocidental, a cultura capitalista, que poderia levar ao

desenvolvimento”, responde Garcia dos Santos (2003, p. 50). O problema não seria tão somente o da relação do país com a economia global, mas sim do próprio comportamento atrasado do povo e da cultura nacional: “Os brasileiros precisam mudar, ficar modernos”. Ou seja, têm de dar lugar a uma sociedade capitalista eficiente, pois ainda segundo Garcia dos Santos (2003, pp. 50-51),

a obsessão do descompasso é uma eterna corrida entre dois polos: de um lado, a sociedade capitalista existente, cujos efeitos capitalistas são, no entanto, negados; de outro, uma sociedade capitalista avançada ideal e inatingível que poderia existir, mas não existe. [...] Como se os brasileiros fossem prisioneiros de um estado de paralisia que os força a repetir indefinidamente para si próprios: Nós somos o que não somos; e não somos o que somos.

A solução oferecida por Paulo Freire é simplesmente magistral: o Sul deveria tratar “... de superar sua dependência, começar a ser também sujeito de sua busca; a ser um ‘ser para si mesmo’ e não ‘para o outro’, como tem sido. [...] Parar de ser ‘norteado’ e passar a ‘sulear’” (1994, p. 199). Portanto, desde que se reconheça plenamente que o rei está nu, é no suleamento da avaliação da CAPES que se poderá encontrar a possibilidade de sua transformação radical.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, L.; LAMBERT, C. “Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro”. In: **Primeiros Estudos**, n. 2, p. 251-267, 2012.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Produção científica: nota informativa**. MCTI, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/producao-cientifica/producao_cientifica/nota-informativa_prod_cien_2026-03-09a.pdf/@@display-file Visitado em 03/05/2026.

CAPES. **Documento de área - Matemática/Probabilidade e Estatística - 2025-2028**. 2026. Disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/ciencias-exatas-e-da-terra/MAPE_FICHA_2025_2028.pdf. Visitado em 03/05/2026.

CAPES. **Relatório de avaliação quadrienal 2017 - Ciência da Computação**. 2017. Disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-quadrienal-2017/24012022_CINCIADACOMPUTAO_relatriodeavaliacao_quadrienal2017_final.pdf. Visitado em 03/05/2026.

CUKIERMAN, Henrique. **Yes, nós temos Pasteur – Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará/FAPERJ, 2007.

FRANK, David John; MEYER, John W. **The University and the Global Knowledge Society**. Princeton, Princeton University Press, 2020.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: Reflexiones sobre mi vida y mi trabajo**. Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1994.

GRAÇA, Ricardo Jullian da Silva. Por uma educação extensionista: a experiência do Laboratório de Informática para Educação (LIPE) da UFRJ. **Tese de doutorado**, Programa de Engenharia de Sistemas e Computação/COPPE, UFRJ, 2024.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo, editora UNESP, 2000.

LENOIR, Timothy. **Instituting Science – The Cultural Production of Scientific Disciplines**. Stanford, Stanford University Press, 1997.

MARQUES, Ivan da Costa. Novos elementos para avaliar a avaliação da Capes. In: Rodrigues, Léo Peixoto; Almeida, Jalcione; Coelho, Gabriel Bandeira (eds.), **Ciência, Interdisciplinaridade e Avaliação CAPES**. Jundiaí, Paco Editorial, p. 159-192, 2019.

MOL, Annemarie. Ontological politics. A word and some questions. In: Law, John; Hassard, John (org.). **Actor-network theory and after**. Oxford, Blackwell Publishing, p. 74-89, 1999.

NEVES, Fabrício; CALLAI, Mauro. Avaliando a avaliação da CAPES ontem e hoje. In: Rodrigues, Léo Peixoto; Almeida, Jalcione; Coelho, Gabriel Bandeira (eds.), **Ciência, Interdisciplinaridade e Avaliação CAPES**. Jundiaí, Paco Editorial, p. 135-158, 2019.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe, nacionalismo – paradoxos do nacionalismo literário**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

READINGS, Bill. **The University in Ruins**. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press, 1999.

RIBEIRO, Renato Janine. **Transparência**. Disponível em https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sistema-nacional-de-pos-graduacao-snpg/permanencia/avaliacoes-antiores/avaliacao-trienal-2007-1/artigos?utm_source=chatgpt.com CAPES, 2007. Visitado em 03/05/2026.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética**. São Paulo, Editora 34, 2003.

SOUZA, Daniel Martins de. Aspectos quantitativos e qualitativos da produtividade científica brasileira. In: **Jornal da Unicamp**, Campinas, UNICAMP, 8/8/2025.

Entre métricas e culturas acadêmicas

perfis de produção em uma universidade de pesquisa

Flávio Batista Ferreira¹

Cristiano Torezzan²

Peter A. Schulz³

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a avaliação acadêmica passou a ser crescentemente orientada por métricas bibliométricas, rankings universitários e dispositivos de comparação internacional. Esse movimento, associado à difusão de racionalidades gerenciais no ensino superior, consolidou parâmetros de qualidade fortemente ancorados em indicadores quantitativos, especialmente publicações em periódicos indexados de circulação internacional. Embora esses referenciais ampliem a comparabilidade entre instituições, eles também tendem a reduzir a complexidade da vida acadêmica a um repertório restrito de formas legítimas de produção e reconhecimento.

Do ponto de vista dos estudos sociais da ciência e da tecnologia, essa dinâmica é particularmente relevante porque afeta de maneira desigual diferentes campos do conhecimento. Formas de produção mais características de certas áreas, como capítulos de livros, trabalhos em anais e comunicações orais, tornam-se menos visíveis quando a excelência acadêmica passa a ser definida

1 Diretoria Executiva de Sustentabilidade (DExS), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 13083-869, Brasil, fbf@unicamp.br

2 Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Limeira, SP, 13484-350, Brasil, torrezan@unicamp.br

3 Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Limeira, SP, 13484-350, Brasil, pschulz@unicamp.br

prioritariamente por bases bibliométricas e rankings. Com isso, intensificam-se pressões de homogeneização que favorecem determinados padrões de publicação e marginalizam tradições acadêmicas menos aderentes a essa lógica.

Este artigo parte da hipótese de que, apesar dessas pressões, as universidades preservam uma diversidade interna de perfis de produção científica que expressa culturas acadêmicas distintas (BECHER & TROWLER, 2001). Para examinar essa questão, analisamos os dados declarados nos relatórios anuais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) entre 2003 e 2022, considerando diferentes tipos de produção registrados por suas unidades acadêmicas. Em vez de comparar volumes absolutos de produção, buscamos observar como esses perfis se distribuem, se aproximam e se diferenciam entre campos e ao longo do tempo.

Os resultados indicam que a pressão por convergência em direção a periódicos internacionais não elimina a diversidade acadêmica no interior da universidade. Embora se observem deslocamentos parciais nessa direção, persistem diferenças significativas entre grandes campos do conhecimento, revelando a resiliência de distintas tradições de comunicação e legitimação do saber. A partir desse caso, argumentamos que uma análise mais adequada da produção acadêmica em universidades abrangentes exige ampliar o repertório de outputs considerados legítimos, sob pena de obscurecer a diversidade efetiva das culturas acadêmicas e reforçar hierarquias já consolidadas nos sistemas de avaliação.

RANKINGS, AVALIAÇÃO E DIVERSIDADE DAS CULTURAS ACADÊMICAS

A expansão dos rankings universitários e das métricas bibliométricas está associada à difusão de racionalidades gerenciais no ensino superior, que reforçam a comparabilidade entre instituições e favorecem uma noção específica de qualidade acadêmica, fortemente centrada

em produtividade mensurável, visibilidade internacional e desempenho competitivo (HAZELKORN, 2012; MARGINSON, 2016). Nesse processo, consolida-se um modelo de excelência que toma como referência a universidade de pesquisa intensiva, especialmente aquela mais próxima do padrão anglo-saxão, e que tende a atribuir centralidade a artigos publicados em periódicos indexados internacionalmente (ORDORIKA & LLOYD, 2015).

Do ponto de vista organizacional, esse movimento produz pressões de isomorfismo, uma vez que rankings e indicadores passam a operar como referências para políticas institucionais, estratégias de gestão e práticas de avaliação (ERKKILÄ, 2013; ERKKILÄ & PIIRONEN, 2014). A adoção desses parâmetros não afeta apenas a posição relativa das universidades em classificações internacionais, mas também influencia prioridades de financiamento, critérios de reconhecimento e formas de legitimação da produção acadêmica. O problema é que tais métricas não conseguem captar de modo satisfatório a diversidade de práticas, temporalidades, objetos e formas de comunicação do conhecimento que caracterizam diferentes disciplinas e campos de pesquisa.

Essa tendência, contudo, não se impõe de maneira homogênea. Parte da literatura tem mostrado que a hegemonia desses referenciais encontra resistências e acomodações distintas em contextos nacionais, institucionais e disciplinares (ORDORIKA & LLOYD, 2015). Nesse sentido, a persistência de perfis diferenciados de produção acadêmica pode ser lida como indício da resiliência de culturas acadêmicas específicas, mesmo em ambientes crescentemente orientados por métricas exógenas. Mais do que simples desvios em relação a um padrão dominante, essas diferenças expressam modos diversos de produzir, comunicar e validar conhecimento.

É nesse quadro que se insere o presente estudo. Ao analisar os relatórios anuais da Unicamp, tomamos os registros institucionais de produção como uma forma de observar, simultaneamente, a incorporação

de dispositivos de *accountability* e a persistência de diferentes tradições acadêmicas. Embora esses instrumentos tenham sido progressivamente apropriados por lógicas de comparação e *benchmarking*, eles também tornam visíveis formas de produção frequentemente marginalizadas por bases bibliométricas internacionais. Isso permite examinar, no interior de uma mesma universidade, como a pressão por convergência convive com a manutenção de uma diversidade substantiva de perfis de produção científica.

A escolha da Unicamp como estudo de caso é relevante porque se trata de uma universidade pública de pesquisa fortemente inserida tanto nos sistemas nacionais de avaliação quanto nos circuitos internacionais de comparação acadêmica. No contexto brasileiro, esse processo é marcado pelo papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos critérios de avaliação constituem referência importante para os programas de pós-graduação e, de forma mais ampla, para a definição de parâmetros de desempenho acadêmico. Ainda que tais critérios não se reduzam aos rankings globais, eles também atribuem grande peso à produção publicada em periódicos científicos, contribuindo para reforçar a centralidade de indicadores bibliométricos nas estratégias institucionais e nas escolhas de publicação.

Ao mesmo tempo, o caso brasileiro apresenta particularidades importantes. Diferentemente do que sugerem visões centradas exclusivamente em bases internacionais, parte relevante da comunicação científica no país também se realiza em periódicos voltados a públicos nacionais e regionais, além de outros formatos de circulação do conhecimento. Nesse sentido, analisar a Unicamp a partir de seus registros institucionais internos permite observar não apenas a presença dessas pressões exógenas, mas também a persistência de formas mais plurais de produção acadêmica, muitas das quais permanecem pouco visíveis em bases indexadas e em classificações internacionais.

MATERIAL EMPÍRICO E PROCEDIMENTO ANALÍTICO

A análise baseia-se nos relatórios anuais de produção da Unicamp, cobrindo o período de 2003 a 2022. Esses registros, produzidos a partir de informações fornecidas pelas próprias unidades de ensino e pesquisa da universidade, permitem observar como diferentes formas de produção acadêmica são institucionalmente reconhecidas e declaradas. Embora iniciativas de compilação desses dados remontem à década de 1990, sua disponibilidade é mais consistente a partir de 2003, razão pela qual este é o marco inicial adotado no estudo.

Os dados coletados e posteriormente analisados são correspondentes às 24 unidades acadêmicas da universidade, listadas na tabela I, junto às siglas utilizadas na apresentação dos resultados.

Sigla	RTU correspondente	Sigla	RTU correspondente
IA	Instituto de Artes	FCM	Faculdade de Ciências Médicas
IB	Instituto de Biologia	FE	Faculdade de Educação
IC	Instituto de Ciências Computacionais	FEA	Faculdade de Engenharia de Alimentos
IE	Instituto de Economia	FEAGRI	Faculdade de Engenharia Agrícola
IEL	Instituto de Estudos da Linguagem	FEC	Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	FEEC	Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação
IFGW	Instituto de Física Gleb Wataghin	FEF	Faculdade de Educação Física
IG	Instituto de Geociências	FEM	Faculdade de Engenharia Mecânica
IMECC	Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica	FENF	Faculdade de Enfermagem
IQ	Instituto de Química	FEQ	Faculdade de Engenharia Química
FCA	Faculdade de Ciências Aplicadas	FOP	Faculdade de Odontologia de Piracicaba
FCF	Faculdade de Ciências Farmacêuticas	FT	Faculdade de Tecnologia

TABELA: Lista das unidades acadêmicas da Unicamp

Em vez de comparar volumes absolutos de produção entre unidades, o estudo focaliza seus perfis relativos de produção. Essa escolha é importante porque os dados não resultam de auditoria externa e podem refletir entendimentos distintos, entre comunidades disciplinares, sobre a classificação dos produtos informados. Assim, mais do que medir produtividade em sentido estrito, buscamos identificar padrões de distribuição da produção entre diferentes tipos de output e examinar como esses padrões variam entre campos e ao longo do tempo.

Foram consideradas seis categorias comuns às diferentes unidades: artigos em periódicos internacionais, artigos em periódicos nacionais, trabalhos em anais internacionais, trabalhos em anais nacionais, capítulos de livros e comunicações orais. A inclusão das comunicações orais é particularmente relevante, pois torna visível uma forma de produção frequentemente marginalizada em bases bibliométricas, mas ainda significativa em determinados campos acadêmicos.

Para cada unidade, foi construído um perfil de produção científica com base na distribuição relativa dessas seis categorias. Como o interesse do estudo recai também sobre a evolução temporal desses perfis, os dados foram organizados em janelas móveis de três anos. Para cada triênio, calculou-se a participação relativa de cada categoria no total declarado por unidade, o que permitiu suavizar oscilações anuais e captar tendências mais estáveis no período analisado. Com esse procedimento, foram obtidos 19 perfis médios sucessivos, do triênio 2003–2005 ao triênio 2020–2022, sendo que nesse artigo foram escolhidos quatro triênios para apresentação na seção de resultados.

Cada perfil pode ser entendido como um ponto em um espaço de seis dimensões, no qual cada dimensão corresponde a uma categoria de produção. A semelhança entre duas unidades foi estimada por meio da distância entre seus respectivos perfis: quanto menor a distância, mais próximas são suas distribuições de produção; quanto maior, mais diferentes elas se mostram. A partir dessas distâncias, foram construídas matrizes de comparação entre todas as unidades para cada período analisado.

Para tornar essas relações mais visíveis, empregamos técnicas de redução de dimensionalidade, especialmente o Escalonamento Multidimensional (MDS) (SMALL, 1993), complementado pela Análise de Componentes Principais (PCA) (DEHON, MACCATHIE e VERARDI, 2010). Essas técnicas permitem representar, em mapas bidimensionais, proximidades e distâncias entre perfis originalmente definidos em um espaço de maior dimensionalidade. Neste artigo, os mapas são utilizados como recurso analítico para visualizar agrupamentos, contrastes e deslocamentos ao longo do tempo. Como os resultados obtidos por MDS e PCA foram qualitativamente semelhantes, optamos por apresentar apenas os mapas de MDS.

Cabe ressaltar que os dados utilizados são autodeclarados pelas próprias unidades e não resultam de auditoria externa. Por essa razão, o estudo não pretende estabelecer medidas absolutas de produtividade nem comparar desempenho em sentido estrito. O foco recai sobre os perfis declarados de produção, entendidos como indícios das diferentes formas pelas quais comunidades acadêmicas distribuem e legitimam seus produtos de pesquisa. Essa escolha metodológica é coerente com o objetivo do artigo: analisar a diversidade interna das culturas acadêmicas, e não construir um ranking entre unidades.

A Figura 1 ilustra essa construção analítica ao mostrar, para o triênio 2017–2019, como as diferentes categorias de output se distribuem no perfil de produção de cada unidade.

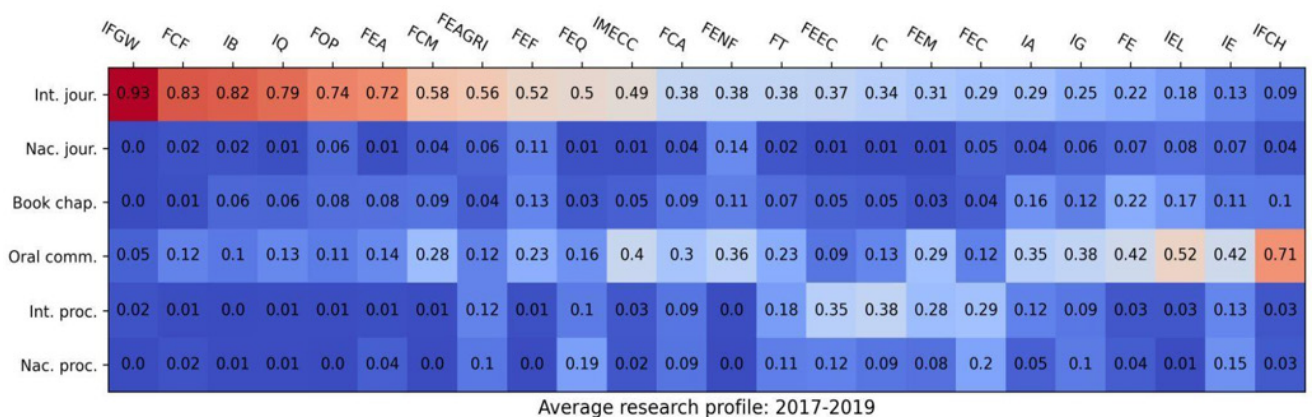


FIGURA 1: Perfis relativos de produção científica das unidades da Unicamp no triênio 2017–2019. As linhas correspondem às unidades acadêmicas e as colunas às seis categorias de output consideradas. A escala de cores indica a participação relativa de cada categoria no perfil de produção de cada unidade: vermelho(azul) significa participação relativa maior(menor)

RESULTADOS: DIVERSIDADE PERSISTENTE E CONVERGÊNCIA PARCIAL

A comparação entre os perfis de produção científica das unidades da Unicamp revela uma diversidade interna consistente ao longo de todo o período analisado. Tanto as matrizes de distância quanto os mapas obtidos por MDS mostram que as unidades não se distribuem de forma aleatória, mas tendem a se organizar em padrões relativamente estáveis, associados aos grandes campos do conhecimento. Em termos gerais, observa-se a formação de três conjuntos: um primeiro, fortemente orientado para artigos em periódicos internacionais; um segundo, mais associado às ciências sociais e humanidades, com maior peso de comunicações orais, capítulos de livros e outros outputs não centrados em periódicos internacionais; e um terceiro, composto principalmente por engenharias e ciências aplicadas, com perfis mais equilibrados entre diferentes categorias de produção.

A Figura 2 mostra que os perfis de produção se organizam em padrões relativamente estáveis ao longo do período analisado. Mais do que uma dispersão aleatória de unidades, os mapas revelam agrupamentos persistentes, cuja configuração sugere proximidades estruturais entre formas de produção acadêmica e grandes áreas do conhecimento.

Esses padrões sugerem que os perfis de produção expressam, em alguma medida, tradições acadêmicas distintas. As unidades mais próximas das ciências naturais e biomédicas tendem a concentrar sua produção em periódicos internacionais, enquanto as ligadas às ciências sociais e humanidades permanecem mais afastadas desse polo, preservando formas de comunicação acadêmica menos aderentes à lógica bibliométrica dominante. Entre esses extremos, as unidades de perfil mais aplicado ou multidisciplinar ocupam posições intermediárias, o que indica arranjos mais heterogêneos de legitimação e circulação do conhecimento. Mais do que simples diferenças quantitativas, essas distâncias apontam para modos distintos de organizar a atividade de pesquisa e de reconhecer seus produtos.

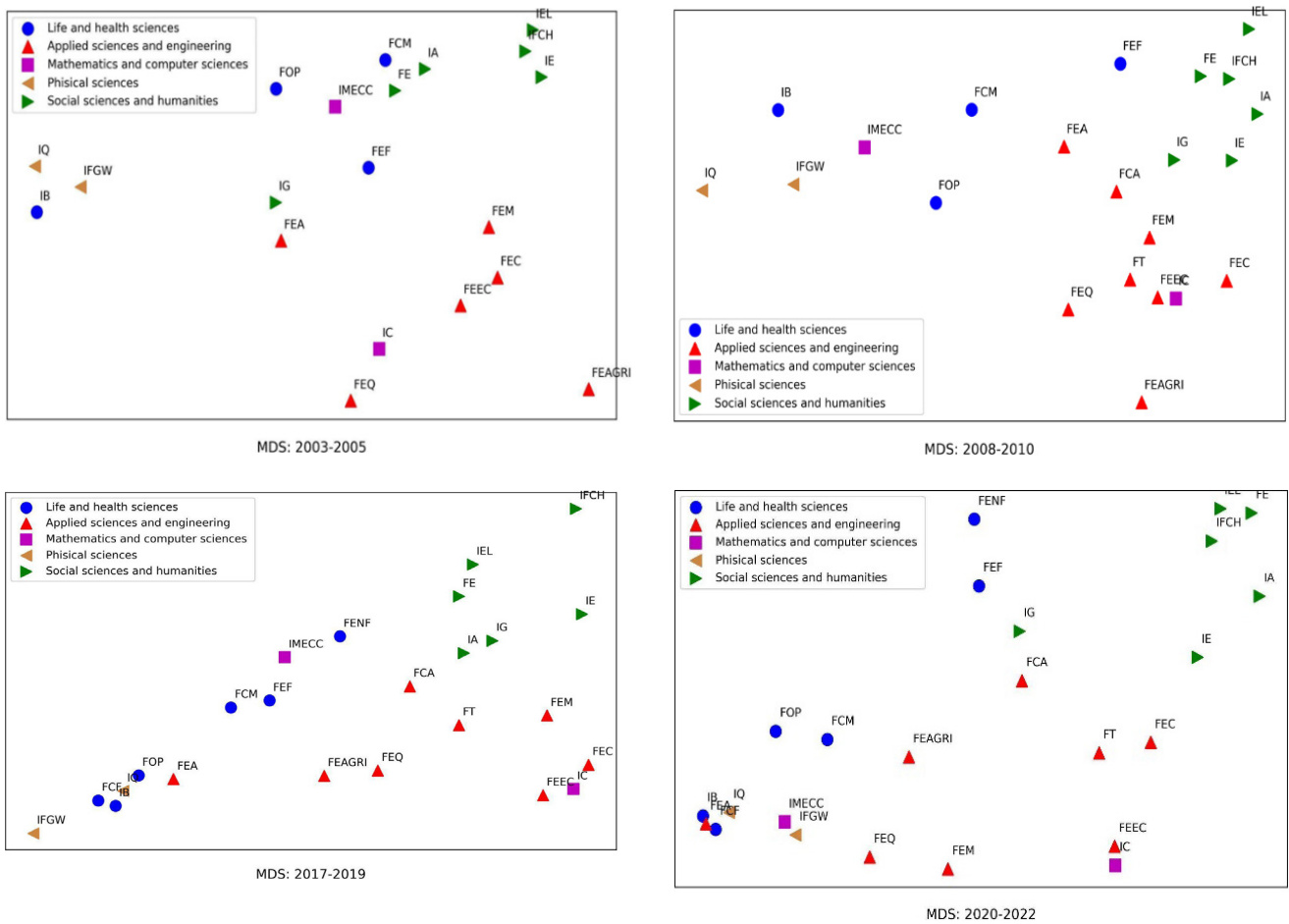


FIGURA 2: Mapas bidimensionais de proximidade entre perfis de produção científica das unidades da Unicamp, obtidos por Escalonamento Multidimensional (MDS), para os triênios 2003–2005, 2008–2010, 2017–2019, e 2020–2022. A proximidade entre pontos indica maior semelhança entre os perfis de produção; a distância, maior diferenciação.

A perspectiva longitudinal mostra, contudo, que essa diversidade não é estática. Ao longo das duas décadas analisadas, a estrutura geral dos mapas permanece relativamente estável, o que sugere a persistência de clivagens importantes entre grandes campos do conhecimento. A distância entre o polo das ciências sociais e humanidades e o das unidades mais orientadas para periódicos internacionais, por exemplo, pouco se altera ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, observam-se deslocamentos graduais em algumas unidades, com ampliação do grupo mais fortemente orientado à publicação internacional, especialmente em áreas da saúde e em parte das engenharias. Um caso interessante é a proximidade da FCM às humanidades no mapa 2003-2005 e sua aproximação ao grupo orientado a publicações internacionais em períodos mais

recentes. Isso deve-se provavelmente à separação do departamento de enfermagem em uma unidade separada, a FENF (Criada em 2012), esta sim mais próxima às humanidades. Esse movimento indica uma convergência parcial em direção ao padrão bibliométrico dominante, mas não uma homogeneização generalizada da universidade.

Os resultados também mostram que os grandes agrupamentos não esgotam a heterogeneidade interna da instituição. Há distâncias relevantes entre unidades pertencentes ao mesmo campo amplo, assim como casos que escapam aos agrupamentos mais gerais. Em parte, isso parece refletir histórias institucionais específicas, composições multidisciplinares e missões acadêmicas diferenciadas. Unidades como FCA (não apresenta no mapa para 2003-2005, pois foi criada em 2009) e IG, por exemplo, ocupam posições mais centrais, compatíveis com perfis de produção mais equilibrados, tratando-se de unidades com perfil multidisciplinar, enquanto outras se destacam por trajetórias particulares de aproximação ao polo orientado a periódicos internacionais. Esses casos reforçam a ideia de que os padrões observados não decorrem apenas da área de conhecimento, mas também de arranjos institucionais locais.

Em conjunto, os resultados indicam que a pressão por internacionalização e por alinhamento a métricas exógenas convive com a persistência de diferenças significativas entre culturas acadêmicas. O que os dados mostram não é a substituição de um repertório plural de formas de produção por um único modelo de excelência, mas uma dinâmica mais complexa, em que deslocamentos parciais em direção ao artigo internacional coexistem com a manutenção de tradições distintas de comunicação e validação do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos perfis de produção científica das unidades da Unicamp ao longo de vinte anos oferece uma imagem mais complexa do que as narrativas dominantes sobre a avaliação acadêmica contemporânea costumam sugerir. Nem a tese de uma homogeneização irreversível

imposta pelas métricas internacionais, nem a de uma resistência estática das culturas disciplinares encontram respaldo integral nos dados. O que emerge, em vez disso, é uma dinâmica de convivência tensa: deslocamentos graduais em direção ao artigo internacional coexistem com a manutenção de padrões estruturalmente diferenciados entre grandes campos do conhecimento, cuja estabilidade ao longo do período analisado indica que as culturas acadêmicas possuem uma inércia própria, não redutível às pressões externas de avaliação.

Esse resultado tem implicações teóricas para o campo CTS. A literatura sobre isomorfismo institucional tende a enfatizar os mecanismos pelos quais dispositivos de comparação — rankings, métricas, sistemas de credenciamento — produzem convergência entre organizações. O caso da Unicamp sugere que esse processo é mais seletivo e desigual do que o modelo isomórfico prevê: ele opera com intensidades diferentes conforme o campo, o tipo de output e a trajetória institucional de cada unidade. Isso aproxima os resultados de abordagens que tratam a avaliação não como um vetor externo que incide sobre práticas preexistentes, mas como um processo de coprodução, no qual métricas e culturas acadêmicas se reconfiguram mutuamente, com resultados que não são nem a mera reprodução do modelo dominante nem sua rejeição frontal.

Um aspecto metodológico do estudo merece atenção específica: a inclusão das comunicações orais como categoria analítica permitiu tornar visível uma forma de produção sistematicamente ausente das bases bibliométricas internacionais, mas ainda expressiva em campos como as ciências humanas e algumas engenharias. Isso não é um detalhe técnico, é um indício de que os sistemas usuais de mensuração não apenas medem a produção acadêmica, mas participam ativamente da definição do que conta como produção legítima. Quando as comunicações orais desaparecem dos instrumentos de avaliação, não é porque deixaram de existir: é porque a métrica tornou-se o critério da realidade. Registros institucionais como os da Unicamp, precisamente por operarem com categorias mais plurais, permitem reintroduzir essa dimensão na análise.

Cabe reconhecer, contudo, os limites do estudo. Os dados são autodeclarados e refletem entendimentos que podem variar entre comunidades disciplinares sobre o que classificar em cada categoria. Além disso, a análise se restringe a uma única universidade, embora de grande relevância sistêmica, e não permite inferências diretas sobre o conjunto do sistema de ensino superior brasileiro. Extensões futuras poderiam comparar instituições com perfis distintos, incorporar dados de avaliação externa como o Qualis-CAPES, ou examinar como mudanças nos critérios de avaliação da pós-graduação se traduzem em deslocamentos nos perfis institucionais de produção. Outrossim, flutuações mais acentuadas no período 2020-2022 em relação aos períodos anteriores (em particular para as faculdades de engenharia, se deslocando para o grupo centrado em artigos em revistas internacionais) pode ser um efeito da pandemia de COVID-19. Ainda é cedo para avaliar se se trata de uma flutuação conjuntural ou se é uma tendência que perdurará.

Por fim, os resultados deste estudo têm implicações normativas para o debate sobre políticas de avaliação. Quando os sistemas de mensuração da produção científica se restringem a indicadores padronizados (artigos indexados, fator de impacto, índice-h), eles não apenas medem de forma incompleta: eles reforçam hierarquias entre campos, marginalizam tradições acadêmicas menos aderentes ao modelo anglo-saxão e estreitam o horizonte do que pode ser reconhecido como excelência. A bibliodiversidade, entendida como a pluralidade legítima de formas de produzir e comunicar conhecimento, não é um resíduo de práticas atrasadas a ser superado pela modernização dos sistemas avaliativos. É uma condição para que universidades abrangentes, como as que compõem o sistema público brasileiro, possam cumprir missões científicas, culturais e sociais que não se reduzem à produtividade em periódicos de circulação internacional. Ampliar o repertório de outputs reconhecidos nos instrumentos de avaliação não é, portanto, apenas uma demanda de equidade entre disciplinas: é uma exigência de rigor analítico sobre o que a universidade efetivamente produz e para quem.

REFERÊNCIAS

BECHER, T. & TROWLER, P. **Academic tribes and territories**. McGraw-Hill Education (UK), 2001.

DEHON, C., MACCATHIE, A. & VERADI, V. Uncovering excellence in academic rankings: a closer look at the Shanghai ranking. **Scientometrics**, 83, 515-524, 2010. <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0076-0>

ERKKILÄ, T. & PIIRONEN, O. Shifting fundamentals of European higher education governance: competition, ranking, autonomy and accountability. **Comparative education**, 50(2), 177-191, 2014. <https://doi.org/10.1080/03050068.2013.807643>

ERKKILÄ, T. (Ed.). **Global university rankings: Challenges for European higher education**. Springer, 2013. <https://doi.org/10.1057/9781137296870>

HAZELKORN, E. “Everyone Wants to Be Like Harvard” – Or Do They? Cherishing All Missions Equally. In: Curaj, A., Scott, P., Vlasceanu, L., Wilson, L. (eds). **European Higher Education at the Crossroads**. Springer, Dordrecht, 2012. https://doi.org/10.1007/978-94-007-3937-6_43

MARGINSON, S. Global stratification in higher education. In: Slaughter, S., & Taylor, B. (eds) Higher education, stratification, and workforce development. **Higher Education Dynamics**, vol 45. Springer, Cham, 2016. https://doi.org/10.1007/978-3-319-21512-9_2

ORDORIKA, I. & LLOYD, M. International rankings and the contest for university hegemony, **Journal of Education Policy**, 30:3, 385-405, 2015. <https://doi.org/10.1080/02680939.2014.979247>

SMALL, H. Macro-level changes in the structure of co-citation clusters: 1983–1989. **Scientometrics**, 26(1), 5-20, 1993. <https://doi.org/10.1007/bf02016789>

O fim do Qualis CAPES

(Ou mais um passo da administração da irrelevância)

Fabrício Monteiro Neves¹

Ivan da Costa Marques²

INTRODUÇÃO

A avaliação da produção científica é um campo de disputas políticas, epistêmicas e institucionais. No Brasil, o Sistema Qualis CAPES desempenhou, por mais de duas décadas, papel central na organização e no reconhecimento dos periódicos científicos nacionais e internacionais onde pesquisadoras e pesquisadores publicam seus resultados. Sua extinção operacional foi formalizada nas Diretrizes para o Ciclo Avaliativo 2025-2028, divulgadas pela CAPES em maio de 2025 (CAPES, 2025): a partir de agora, serão classificados artigos individualmente — e não mais os periódicos —, com base em indicadores bibliométricos dos veículos e dos próprios textos. A mudança, cujos efeitos sobre as notas dos programas serão sentidos na avaliação de 2029, representa uma inflexão significativa na política científica brasileira — e, argumentamos, um recuo no projeto de construção de uma ciência soberana.

O abandono do Qualis não é um ato neutro de modernização avaliativa, mas antes uma decisão política que transfere o poder de definir o que vale como ciência para agentes externos ao país, em especial para os grandes indexadores e métricas do Norte Global. Trata-se, em

1 É Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 1D). Atua nas áreas de sociologia da ciência, hierarquias científicas e política científica e tecnológica. É ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR) e líder do Grupo TATA-Conhecimentos, Ciências e Tecnologias (CNPq). Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB e é pesquisador do Centro de Estudios de la Circulación del Conocimiento (CECIC/UNCUYO/AR). E-mail: fabriciomneves@gmail.com

2 É professor titular aposentado da Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HCTE/UFRJ). Incorporando vivências de professor, pesquisador, administrador e empresário nas esferas públicas e privadas, atua no campo dos Estudos de Ciências-Tecnologias-Sociedades (Estudos CTS ou Science Studies) com especial interesse nas relações entre ciências e tecnologias modernas e colonialidades no Brasil. Em 2009 foi fundador e eleito primeiro presidente da Associação Brasileira de Estudos Sociais de Ciências e Tecnologias (ESOCITE.BR). E-mail: imarques@nve.ufrj.br

nossa perspectiva, de um episódio paradigmático do que denominamos administração da irrelevância: a adoção acrítica de parâmetros alheios à realidade nacional como se fossem padrões universais de qualidade (NEVES, 2020).

PEQUENO HISTÓRICO DO QUALIS CAPES

O Qualis surgiu no final da década de 1990 como instrumento de apoio à avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros. Desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o sistema classificava os periódicos científicos utilizados pelos programas em estratos — de A1 a C — com base em critérios definidos pelas comissões de área. Tais critérios articulavam indicadores internacionais, como indexações em bases de dados reconhecidas, com aspectos de relevância para o contexto nacional, como a política editorial, a periodicidade e o escopo temático das publicações.

Ao longo dos anos 2000, o Qualis tornou-se uma das principais referências para a tomada de decisões acadêmicas no país: desde a distribuição de bolsas e recursos até a progressão na carreira docente. Em 2008, uma reforma substancial unificou os critérios entre as áreas e adotou o Fator de Impacto do *Journal Citation Reports* (JCR) e o índice SJR do Scimago como parâmetros auxiliares. Mesmo assim, como apontam Leta, Thijs e Glänzel (2013), o sistema mantinha a prerrogativa nacional de estabelecer os critérios definitivos de estratificação, preservando, ao menos formalmente, uma autonomia avaliativa que periódicos nacionais de qualidade também podiam reivindicar.

A relação entre o modelo de avaliação CAPES e a organização da ciência brasileira tem sido objeto de debate sistemático. A coletânea organizada por Rodrigues, Almeida e Coelho (2019) reúne contribuições que tratam tanto dos fundamentos epistemológicos da pesquisa interdisciplinar quanto dos aspectos históricos e institucionais da avaliação da ciência no país, evidenciando que a tensão entre os critérios de

avaliação e a diversidade da produção científica brasileira é anterior à atual decisão de extinção do Qualis — e que as soluções passam necessariamente por um debate soberano sobre os fins da ciência nacional.

CRÍTICAS AO QUALIS CAPES

As críticas ao Qualis foram numerosas e, em parte, legítimas. A principal delas aponta para a hierarquização excessiva que o sistema produziu: a concentração de valor nos estratos superiores (A1 e A2) estimulou a busca por publicações em periódicos internacionais, frequentemente em língua inglesa e vinculados a grandes editoras comerciais, em detrimento de revistas nacionais de reconhecida qualidade. Essa pressão foi especialmente nociva para as ciências humanas e para os programas interdisciplinares, cujos periódicos mais relevantes circulam majoritariamente em português e não alcançavam os estratos mais valorizados, como demonstram os estudos reunidos em Rodrigues, Almeida e Coelho (2019). Desde a reforma de 2008, Rocha-e-Silva (2009) já alertava que a nova estrutura de estratificação, ao privilegiar métricas de impacto internacionais como critério de hierarquização, tenderia a penalizar as revistas nacionais independentemente de sua relevância científica e social.

Outro problema real era o da proliferação de periódicos predatórios que exibiam estratificações Qualis elevadas para atrair submissões mediante pagamento. Como reconhece Miguel (2026), qualquer pesquisadora ou pesquisador brasileiro recebe dezenas de convites mensais de revistas que anunciam seu Qualis e prometem publicação rápida mediante taxas. Ainda assim, a CAPES nunca implementou mecanismos simples de combate a esse problema, como listas de exclusão de periódicos fraudulentos — o que revela que se tratava de uma limitação de vontade institucional, não de uma falha estrutural do sistema. Ademais, inconsistências entre áreas de avaliação e dificuldades de atualização regular das listas eram limitações corrigíveis por reforma interna, não por abandono do princípio de uma avaliação soberana (LETA; THIJIS; GLÄNZEL, 2013).

ABANDONO DO QUALIS E IMPACTOS NA CIÊNCIA NACIONAL

A nova abordagem avaliativa da CAPES, ao substituir a classificação dos periódicos por métricas de artigos baseadas predominantemente em indicadores bibliométricos internacionais — como o fator de impacto, o CiteScore e o índice h —, representa uma rendição simbólica e prática às lógicas do mercado editorial acadêmico globalizado (CAPES, 2025). Esse mercado é controlado por grandes conglomerados editoriais sediados no Norte Global, cujos critérios de indexação refletem as agendas de pesquisa e os paradigmas teóricos hegemônicos naquelas regiões. Como demonstra Beigel (2013), a universalização da bibliometria como ferramenta de avaliação, a supremacia do inglês e a concentração do capital acadêmico em determinados polos compõem um sistema de dominação epistêmica que penaliza estruturalmente as ciências produzidas fora do eixo Euro-Americano.

Miguel (2026) aponta que as simulações realizadas a partir dos novos critérios apontam para a destruição virtual das revistas acadêmicas em português. Isso significa abrir mão da quinta língua mais falada no mundo como língua de produção científica, reduzindo o diálogo entre academia e sociedade — especialmente nas humanidades e nas ciências sociais e nas áreas interdisciplinares, onde a construção do argumento em linguagem natural é central. Para a ciência brasileira, o impacto recai com particular força sobre os periódicos em língua portuguesa e espanhola dedicados a temáticas de relevância regional, como é o caso de grande parte dos veículos da área de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), que a extinção do Qualis priva de um mecanismo de reconhecimento institucional construído a partir de dentro.

A substituição do julgamento qualitativo soberano por métricas de citação também cria novos incentivos perversos. Miguel (2026) identifica ao menos três deles: a formação de redes de citação mútua, em que grupos de pesquisadores inflariam artificialmente seus índices; a tendência a publicar no início de cada quadriênio para maximizar o

tempo de acumulação de citações; e, sobretudo, a pressão para que pesquisadoras e pesquisadores invistam tempo e energia em visibilidade nas plataformas sociodigitais, transformando-as e transformando-os em *influencers* ao invés de cientistas — o que representa uma redução concreta da autonomia do campo científico. Tais efeitos, somados ao aprofundamento da dependência epistêmica documentada por Kreimer (2011) para o contexto latino-americano, configuram um quadro de subordinação avaliativa de consequências estruturais.

ADMINISTRAÇÃO DA IRRELEVÂNCIA

O conceito de administração da irrelevância designa um conjunto de práticas institucionais e discursivas pelas quais agentes subnacionais — países, regiões, instituições — internalizam e reproduzem os critérios de avaliação e legitimação produzidos por centros hegemônicos, conduzindo-se, assim, a uma posição estrutural de dependência e subordinação. Como argumentado em trabalho anterior, trata-se de uma forma de colonialidade epistêmica operacionalizada não pela imposição externa, mas pela adoção voluntária de parâmetros alheios: em contextos periféricos, a prática cotidiana da ciência é orientada por valores e procedimentos, conscientes ou não, de periferização, que produzem “uma ordem científica autodepreciada, de baixa autoestima, periférica e estável” (NEVES, 2020, p. 2).

A dinâmica central desse regime é a atenção voltada para o exterior e a ignorância de si. Como mostrado a partir de pesquisa empírica com grupos de biotecnologia no Brasil, cientistas em contextos periféricos tendem a atribuir valor negativo à própria produção e positivo à produção do centro, independentemente da qualidade efetiva dos trabalhos envolvidos: periferizar-se ou centralizar-se envolve processos de autoatribuição que orientam as seleções práticas, definindo o que merece ser publicado, citado, financiado (NEVES, 2020). O abandono do Qualis é um exemplo preciso desse processo no nível da política científica: ao renunciar a um sistema de avaliação próprio em nome

de uma suposta universalidade das métricas internacionais, a CAPES contribui para que a ciência brasileira seja avaliada segundo critérios que não foram construídos para ela e que não correspondem às suas prioridades sociais.

A administração da irrelevância não se manifesta apenas nas práticas cotidianas dos laboratórios: ela se institucionaliza em políticas públicas de ciência e tecnologia que reproduzem, em escala nacional, a lógica de subordinação epistêmica ao Norte Global. O caso mais emblemático é o do Programa Ciência sem Fronteiras, que entre 2012 e 2016 financiou cerca de 93 mil estudantes brasileiros no exterior, com investimento superior a 13 bilhões de reais. Os cinco principais destinos — Estados Unidos (27,8 mil bolsas), Reino Unido (10,7 mil), Canadá (7,3 mil), França (7,2 mil) e Austrália (7 mil) — concentraram cerca de 64% do total, e a eles se somaram Portugal, Alemanha, Espanha e outros países do hemisfério norte, de modo que a imensa maioria dos recursos foi destinada ao Norte Global (NEVES, 2020). O programa, longe de ser uma estratégia de internacionalização soberana, operou como um mecanismo de reforço da hierarquia científica global: ao priorizar sistematicamente as instituições do Norte como destino do investimento público brasileiro, sinalizou que o conhecimento legítimo é produzido lá, e não aqui. A extinção do Qualis se insere nessa mesma trajetória: é mais um passo de uma política científica que, ao invés de construir critérios de relevância a partir das condições e prioridades nacionais, administra sua própria irrelevância ao adotar como padrão os marcos avaliativos produzidos nos centros que o programa ajudou a financiar.

A pertinência do diagnóstico se confirma quando se observa que os problemas reais do Qualis — que existiam, como reconhece inclusive Miguel (2026) — eram todos corrigíveis por reforma interna: critérios mais claros e consistentes, listas negras de periódicos predatórios, melhor calibração entre áreas disciplinares, maior sensibilidade à pesquisa interdisciplinar (RODRIGUES; ALMEIDA; COELHO, 2019). A escolha pela extinção, em vez da reforma, revela que a decisão não foi orientada pela busca de qualidade avaliativa, mas pela adesão a um

modelo hegemônico externo. Reformar o Qualis seria a tarefa de uma política científica soberana. Extingui-lo em favor de métricas importadas é, ao contrário, escolher gerir a própria irrelevância. O desafio que se coloca à comunidade científica brasileira, e em especial às áreas de CTS, é o de resistir a essa lógica e construir alternativas avaliativas que, como propõe Beigel (2013), superem a universalização acrítica da bibliometria e respeitem a pluralidade epistêmica e a autonomia intelectual de contextos periféricos.

REFERÊNCIAS

BEIGEL, Fernanda. Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 245, p. 110-123, maio-jun. 2013.

CAPES. **CAPES divulga diretrizes para o ciclo avaliativo 2025-2028**. Brasília: CGCOM/CAPES, 13 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-divulga-diretrizes-para-o-ciclo-avaliativo-2025-2028>. Acesso em: 04 mai. 2026.

KREIMER, Pablo. Internacionalización y tensiones para un uso social del conocimiento científico latinoamericano. **Revue d'anthropologie des connaissances**, Paris, v. 5, n. 3, p. 683-707, 2011.

LETA, Jacqueline; THIJS, Bart; GLÄNZEL, Wolfgang. A análise bibliométrica no contexto das políticas de avaliação da ciência no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 2, p. 84-97, maio-ago. 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. **Depois do Qualis**. Amanhã não existe ainda [Substack], 29 abr. 2026. Disponível em: <https://lfmiguel.substack.com/p/depois-do-qualis>. Acesso em: 04 mai. 2026.

NEVES, Fabrício Monteiro. A periferização da ciência e os elementos do regime de administração da irrelevância. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 104, e3510405, 2020. DOI: 10.1590/3510405/2020.

RODRIGUES, Léo Peixoto; ALMEIDA, Jalcione; COELHO, Gabriel (Org.). **Ciência, interdisciplinaridade e avaliação CAPES**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

ROCHA-E-SILVA, Maurício. O novo Qualis, ou a tragédia anunciada. **Clinics**, São Paulo, v. 64, n. 1, p. 1-4, 2009. DOI: 10.1590/S1807-59322009000100001.

Erosão institucional e desmantelamento de políticas públicas no Brasil entre a caneta e o verbo

Guilherme Dourado dos Reis¹

Débora Naidhig²

Daniel da Mota Neri³

Marina Betteto Drezza⁴

Lara Ramos⁵

Maria Cristina Oliveira Souza⁶

Rosana Icassatti Corazza⁷

INTRODUÇÃO: A COPRODUÇÃO DA EROSIÃO INSTITUCIONAL

Nas últimas décadas, o Estado brasileiro transitou de uma lógica de modernização administrativa voltada à eficiência e à mercantilização de serviços, com ações de políticas explícitas ainda pautadas pela adesão às regras democráticas, para um cenário de erosão deliberada e reconfiguração regressiva de políticas públicas. Este processo, intensificado a partir de 2016, marca uma virada de políticas públicas na qual o projeto de gestão foi substituído por um populismo reacionário com discursos e práticas pautados por um esforço abertamente corrosivo das instituições democráticas e participativas (Gomide, Silva e Leopoldi, 2023). Sob o que Vieira, Glezer e Barbosa (2022) denominam “infralegalismo autoritário”,

1 Doutorando em Política Científica e Tecnológica na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa desmantelamento de políticas ambientais
g217183@dac.unicamp.br

2 Doutoranda em Política Científica e Tecnológica na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa mudanças de política em bioeconomia e pagamento por serviços ambientais
d169811@dac.unicamp.br

3 Professor Doutor do Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica de Minas Gerais (IFMG). Pesquisa conflitos ambientais na mineração em Minas Gerais
daniel.neri@ifmg.edu.br

4 Doutoranda em Política Científica e Tecnológica na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa transições energéticas
m174171@dac.unicamp.br

5 Doutoranda em Política Científica e Tecnológica na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa a temática de participação pública
lara.ramos@ige.unicamp.br

6 Doutora em Política Científica e Tecnológica na UNICAMP, Especialização em Jornalismo Científico. Pesquisa governança ambiental.
csouza@unicamp.br

7 Professora Associada do Departamento de Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociências da UNICAMP. Pesquisa mudança tecnológica, transformações sociais e meio ambiente
rcorazza@unicamp.br

o desmantelamento não priorizou grandes reformas constitucionais, mas a neutralização de direitos via atos administrativos, decretos, nomeações e pressões burocráticas. Tal método permitiu ao Executivo implementar uma agenda autocrática em parte à margem do Legislativo – embora este também tenha atuado frequentemente como institucionalizador do desmanche – atacando frontal e abertamente domínios como educação, cultura, saúde, meio ambiente, desenvolvimento rural e direitos humanos.

Este artigo compila evidências a partir de resultados de pesquisas em níveis de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica da UNICAMP e de um projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq que sustentam que o desmantelamento institucional no Brasil é um fenômeno sistêmico e multiescalar, operando, ainda que com assimetrias, nos níveis federal, estadual e municipal, e que se manifesta pela articulação entre o poder normativo abusivo “da caneta” e a potência corrosiva do “verbo”, ou seja, do discurso. Sob lentes da análise de *Policy Change* e dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (CTS), com aportes da Economia Política crítica e da Ecologia Política, apontamos que essa erosão não pode ser reduzida a uma dimensão técnica ou burocrática, mas a um campo de coprodução onde a deslegitimação da *expertise* e do conhecimento científico, que dentre suas inúmeras evidências no período recente pode ser exemplificada pelos ataques aos dados do INPE e das competências da FIOCRUZ, serve de alicerce para a desestruturação da ordem social. Mobilizando o arcabouço de Bauer e Knill (2014), analisamos como estratégias de omissão (como a asfixia orçamentária), mudança de arena (como a militarização e a descentralização para municípios sem capacidade técnica) e ação simbólica (como a desinformação institucionalizada) foram mobilizadas para neutralizar direitos socioambientais e garantias constitucionais.

ENTRE A CANETA E O VERBO: AVANÇO DO DESMANTELAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O arcabouço do desmantelamento: densidade e intensidade

Para compreender a regressão das políticas brasileiras, tem sido útil empregar a abordagem de Bauer e Knill (2014), que define o desmantelamento (*policy dismantling*) como a redução da densidade e da intensidade das políticas. A densidade refere-se à penetração regulatória do Estado, mensurada pelo número de políticas e instrumentos em um setor. Já a intensidade indica o nível da intervenção, calibrado pelo rigor (*strictness*), como nos padrões de emissão de poluentes e o emprego de multas às infrações, ou pela generosidade (*generosity*), como o grau de inclusão e o valor de benefícios sociais, como o Bolsa Família. No Brasil, esse processo tem sido deliberadamente planejado para reduzir o compromisso governamental, operando frequentemente pela estratégia de desmantelamento por omissão (*default*), na qual o Estado abstém-se de atualizar regulamentações ou orçamentos frente a novas exigências socioeconômicas ou simplesmente promove contingenciamentos e cortes orçamentários.

As evidências desse desmonte “por dentro” são nítidas em diversos marcos legais recentes. O desmantelamento da densidade manifestou-se de forma aguda no Decreto nº 9.759/2019 (o chamado “Revogação”), que buscou a extinção ampla e indiscriminada de colegiados e conselhos da administração pública federal, órgãos fundamentais para a participação social e controle de políticas (Souza, 2023). No campo da intensidade, a Lei nº 15.190/2025 (Lei Geral de Licenciamento) reduziu o rigor regulatório ao institucionalizar a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), uma modalidade autodeclaratória que permite a supressão de fases sequenciais do licenciamento tradicional.

Ademais, a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), instituída pela Lei nº 14.119/2021, exemplifica o desmantelamento por omissão e neutralização técnica: embora a lei exista

formalmente, a ausência de decreto regulamentador e os vetos presidenciais aos incentivos fiscais (Arts. 18 e 19) e ao órgão colegiado de controle (Art. 6º, inciso 8º) mantêm o instrumento em estado de paralisia funcional. Trata-se de uma erosão das capacidades estatais que retira sistematicamente os meios de agir do Estado, enquanto preserva a aparência de legalidade (Naidhig, 2024).

A potência corrosiva do verbo: deslegitimação simbólica e o infralegalismo autocrático

Diferente de períodos anteriores, nos quais o desmantelamento operava sob a gramática neoliberal da “eficiência”, o período recente (especialmente entre 2019 e 2022) foi marcado por um “populismo reacionário” que utilizou o discurso público para deslegitimar arenas de participação e o conhecimento científico (Gomide, Silva e Leopoldi, 2023). Sob o método do infralegalismo autoritário, o governo de Jair Bolsonaro mobilizou a “ação simbólica”, definida por Bauer e Knill (2014) como uma estratégia de alta visibilidade, para sinalizar a intenção de desmonte mesmo antes de alterações legislativas formais; e o fez com veemência mesmo no período de sua primeira candidatura à Presidência da República. O verbo operou como ferramenta de erosão: a desqualificação dos dados de desmatamento do INPE e a subsequente exoneração de seu diretor, Ricardo Galvão, exemplificam o ataque à *expertise* como alicerce da ordem social (Souza, 2023; Reis, 2025).

Essa deslegitimação institucional via discurso estendeu-se para a pauta da desinformação em saúde e educação. No domínio da saúde, o discurso antivacina e a negligência regulatória estatal deixaram populações vulneráveis sem o “antídoto natural” contra a pandemia, o que se materializou nos 22 vetos presidenciais ao Plano Emergencial de enfrentamento à COVID-19 em territórios indígenas (Ramos, Marini e Corazza, 2023). Na educação, a retórica de combate à pretensa “ideologia de gênero” serviu como estratégia de (des)institucionalização das políticas de direitos humanos e diversidade, substituindo o

debate técnico por uma ofensiva moral que visava paralisar a implementação de políticas para mulheres e grupos minoritários.

Contemporaneamente, observa-se uma crescente adesão ao discurso da austeridade técnica e gerencial, no qual o dismantelamento assume novamente uma roupagem de eficiência administrativa. A escalada da erosão institucional é multiescalar e manifesta-se no nível estadual por meio de cortes orçamentários profundos, precarização das relações e condições de trabalho dos quadros profissionais e técnico-científicos, institucionalização de parcerias público-privadas e venda de patrimônio público em áreas como Educação, Proteção Ambiental, Fundiária, Ciência e Tecnologia e Patrimônio Cultural. Sob justificativas como desburocratização, segurança jurídica, eficiência, modernização e urgência fiscal, o Estado de São Paulo, por exemplo, promove uma reconfiguração que, embora menos “escrachada” que o período anterior, aprofunda a omissão estatal e a desidratação de instrumentos de política, evidenciando que o dismantelamento sistêmico sobrevive por meio de diferentes estilos de gestão.

Mineração e “neocolonialismo verde”: o dismantelamento em nome da transição energética

O setor mineral revela como o dismantelamento pode ser legitimado por novas gramáticas globais, como o “consenso da descarbonização”. Em Minas Gerais, a exploração de minerais críticos (lítio e terras raras) para a transição energética tem servido de pretexto para o licenciamento acelerado via Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), configurando um dismantelamento ativo da intensidade regulatória. Sob a ótica CTS, esse processo é um campo de coprodução onde a *expertise* técnica é mobilizada em arenas tecnocráticas para despolitizar decisões distributivas e silenciar saberes locais.

A “caneta estatal” manifesta-se aqui na flexibilização de normas que permitem a exaustão hídrica e a ausência de consultas prévias, livres e informadas a comunidades quilombolas e indígenas,

enquanto o “verbo” performa uma sustentabilidade de fachada com uso de mecanismos de autorregulação e certificações de *multistakeholders*. Concomitantemente, estratégias de despossessão operam via terrorismo de barragens e com a transmutação dos conflitos em fórmulas tecnocráticas como o “Mecanismo Independente de Consulta e Investigação” do BID, que deteriora a mobilização local e esvazia a capacidade de proteção do Judiciário (Neri, 2023). A Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, cujo Artigo 29 permite que o empreendedor questione ou solicite a modificação de condicionantes ambientais, tornou-se um pilar da simplificação do licenciamento para atividades minerárias em Minas Gerais. Seguem, portanto, medidas que institucionalizam o “neocolonialismo verde” no qual os territórios do Sul Global aceleram sua vulnerabilidade e conformam zonas de sacrifício cada vez mais extensas, coletivizando os danos e os custos socioambientais para sustentar uma, talvez inalcançável, descarbonização do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESMONTE E O DESAFIO DA RECONSTRUÇÃO

As evidências se avolumam a demonstrar que o desmantelamento de políticas públicas no Brasil não constitui um fenômeno episódico, mas um processo estruturado, transversal e sistêmico. A transição de uma lógica de “eficiência” para uma de erosão deliberada evidencia que o desmonte institucional tornou-se progressivamente articulado, utilizando tanto o infralegalismo autoritário da “caneta” quanto a potência desinformativa do “verbo” para neutralizar direitos.

Seja pelo desmantelamento por omissão na PNPSA, pela mudança de arena na militarização ambiental, ou pela ação simbólica negacionista na saúde, a erosão opera em múltiplas escalas, reproduzindo-se também, ou novamente, em discursos contemporâneos sobre eficiência e austeridade. Superar esse cenário exige reconhecer que a reconstrução institucional demanda não apenas recursos, mas a recuperação das capacidades estatais, da autoridade científica e da participação

pública contra a inércia deliberada. Este panorama abre caminho para uma agenda de pesquisa voltada à compreensão de como as políticas podem passar por processos de reconstrução de capacidades e expansão de forma resiliente e justa.

REFERÊNCIAS

BAUER, Michael W.; KNILL, Christoph. A Conceptual Framework for the Comparative Analysis of Policy Change: Measurement, Explanation and Strategies of Policy Dismantling. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 16, n. 1, p. 28-44, 2014. <https://doi.org/10.1080/13876988.2014.885186>

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Morais de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília, DF: Ipea: INCT/PPED, 2023. 564 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/2fc7c66c-6c6d-4ac2-bc06-dd6d0b78a6da>. Acesso em: 22 fev. 2026.

NAIDHIG, Débora. Processo de institucionalização da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil: análise de coligações e narrativas. 2024. **Dissertação**. (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Unicamp, Campinas, 2024.

NERI, Daniel da Mota. Terrorismo de barragens: estratégias de despossessão produzidas pela mineração de ferro em Minas Gerais. 2023. **Tese de Doutorado**. (Política Científica e Tecnológica) – Unicamp, Campinas, 2023.

RAMOS, Lara; MARINI, Marisol; CORAZZA, Rosana. Conflitos em torno do “antídoto natural contra COVID-19”: governança do saneamento no Brasil em ação. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 20, p. e20808, 2023. <https://doi.org/10.1590/1809-43412023v20d808>

REIS, Guilherme Dourado dos. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm): da institucionalização ao desmantelamento (2004-2020). 2025. **Dissertação** (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Unicamp, Campinas, 2025.

SOUZA, Maria Cristina Oliveira. [Des] governança climático-ambiental nos setores AFOLU [agricultura, florestas e outros usos da terra] no Brasil (2019-2021) sob o regime do Acordo de Paris. 2023. **Tese de Doutorado**. (Política Científica e Tecnológica) – Unicamp, Campinas, 2023.

VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens; BARBOSA, Ana Laura Pereira. Supremocracia e infralegalismo autoritário. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 591-605, set./dez. 2022. <https://doi.org/10.25091/501013300202200030008>

Agradecimentos (financiamentos)

Bolsas de doutorado CAPES PROEX – IES Públicas nº 88882.329785/2019-01 (Maria Cristina Oliveira Souza) e nº 88887.191815/2025-00 (Guilherme Dourado dos Reis).

Processo CNPq/MCTI nº 402907/2023-0.



FLUXO CONTÍNUO

A regulamentação das IAs no mercado de trabalho

uma questão de justiça,
não de progresso

Ivan da Costa Marques¹

RECEPCIONANDO AS IAS

A inauguração das IAs em larga escala é relativamente recente. Mas elas já demonstraram sua utilidade e consequente atratividade para um amplo espectro de tarefas e ocupações associadas aos padrões cotidianos da vida moderna. É fácil verificar pessoalmente a capacidade das IAs de executar, autônoma ou interativamente e de maneira surpreendentemente satisfatória, tarefas às vezes não tão simples e rotineiras sobre textos, áudios e imagens. Rejeitá-las seria comparável a imaginarmos a rejeição do telefone em favor do menino de recados no começo do século XX. Reconhecer isso, no entanto, não nos impede de pensar e agir sobre como recebê-las levando em conta condições vigentes no Brasil.

O MERCADO DE TRABALHO EM MEIO À DIVERSIDADE DAS IAS

A primeira condição para recebermos as IAs com proveito mais amplo é reconhecer que elas são diversas e devem ser tratadas situando-as caso a caso nos coletivos em que se fizerem presentes. Neste breve texto me circunscrevo ao coletivo (de pessoas e coisas) denominado

1 É professor titular aposentado da Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HCTE/UFRJ). Incorporando vivências de professor, pesquisador, administrador e empresário nas esferas públicas e privadas, atua no campo dos Estudos de Ciências-Tecnologias-Sociedades (Estudos CTS ou Science Studies) com especial interesse nas relações entre ciências e tecnologias modernas e colonialidades no Brasil. Em 2009 foi fundador e eleito primeiro presidente da Associação Brasileira de Estudos Sociais de Ciências e Tecnologias (ESOCITE. BR). E-mail: imarques@nve.ufrj.br

“mercado de trabalho”. Mais especificamente, me circunscrevo ao mercado da oferta e da demanda por trabalho para realizar tarefas simples e quase repetitivas tais como as de atendentes em *call centers*. O empresariado diz que as IAs surgem aí com vantagem incontornável, uma vez que neste caso muitas vezes já existe a opção “técnica” do trabalho humano ser substituídos por IAs contabilmente mais baratas. Trazendo outro exemplo, não é um devaneio alarmista pensar que no prazo de poucos anos uma IA viabilizará o trabalho que hoje é feito por dez escreventes nos tabelionatos e escritórios de advocacia, e que isso possa ser feito por três deles (retreinados), desempregando sete em cada dez indivíduos nesta categoria de trabalhadores.

DISCUTAMOS O QUE É “EFICIÊNCIA”

Os números que circulam nos meios empresariais apontam o potencial altamente disruptivo das IAs. No caso do trabalho contratado por empresas, o discurso empresarial traduz essa grande “diminuição do trabalho humano” oferecida pelas IAs como um “ganho de eficiência”. Acontece que para que esse “ganho de eficiência” deixe de ser uma abstração econômica misteriosa é preciso situá-lo materialmente no escopo de uma contabilidade, de uma métrica, de uma medida da vida econômica. Mas ao se confiar na contabilidade do empresariado e na pureza de teorias econômicas dominantes como a melhor forma de se analisar o que acontece na vida econômica, não são levados em conta o sofrimento e a violência decorrentes das demissões e da falta de oportunidades de trabalho.² Assim, a contabilidade, a métrica e as medidas dos custos deixam de considerar fatores cruciais para que se realize a tradução da “diminuição do trabalho humano” em “ganho de eficiência”.

Como as teorias econômicas dominantes não discutem quem ganha e quem perde, quando e onde com esse “ganho de eficiência”, a ideia de “progresso” instala com facilidade um poderoso lobby de oposição à regulamentação da utilização das IAs nas empresas, deixando para o “mercado” resolver por si só as situações decorrentes

² Historicamente, não contabilizar violência e sofrimento é característica marcante dos avanços na obtenção de pureza científica para o tratamento da mercadoria “trabalho” desde o ato inaugural de seu mercado. O “mercado de trabalho livre” nasceu não de uma liberdade espontânea, mas de uma intervenção estatal violenta e do consequente sofrimento cruel que desenraizou as pessoas de suas comunidades, dissociando a economia da sociedade. Para que o trabalho fosse tratado como uma mercadoria foi necessário primeiro destruir o sistema tradicional de proteção social. “A abolição da ‘Lei dos Pobres’ (*Poor Law Amendment Act* de 1834) não foi uma transformação administrativa, mas um ato fundacional do capitalismo para criar a mercadoria fictícia ‘trabalho’”. Ver a esse respeito ver a magistral análise de Karl Polanyi que enreda elementos da certeza científica da época para conseguir as alianças políticas que foram necessárias para perpetrar este “ato de vivisseção executado no corpo da sociedade [inglesa da primeira metade do século XIX]” (POLANYI, 1944/2000, p. 154-155)

dos avanços da utilização desregulada das IAs nas empresas. A busca do “ganho de eficiência” se configura então como algo naturalmente bom e desejado por todos, sem que se atente para o que pode ser o “ganho de eficiência”.

ONDE PODERÃO ESTAR AS PROMETIDAS NOVAS TAREFAS

O “mercado” dirá genericamente que pelo menos uma parte do trabalho humano que a IA torna dispensável aparecerá algures como trabalho humano necessário voltado para outras tarefas decorrentes do uso da IA. Para o “mercado” o ritmo de dispensa do trabalho humano na recepção das IAs nas empresas deve ser pautado unicamente pelo ritmo dos avanços técnicos no desenvolvimento das IAs. E toda resistência ao avanço tecnológico é rapidamente rejeitada como obscurantismo e classificada como “ludista”.³

Mas estamos no Brasil e cabe olhar cuidadosamente esse argumento do “mercado” que naturaliza o ritmo de introdução das IAs como algo inseparável do ritmo do desenvolvimento tecnológico das IAs. Além disso, admitamos, o ritmo do desenvolvimento tecnológico das IAs é determinado em outros países, como EUA, China e Israel. Não é difícil enxergar que o ritmo de criação de novo trabalho humano para compensar o que se tornou dispensável com as IAs possa variar conforme o país, a região, o estado ou mesmo o município.

UMA UTOPIA CHINESA

Por isso também ganha força no Brasil a “conveniência” de delegar a solução da questão do desemprego criado pelas IAs às abstrações do “mercado” ou das teorias da ciência econômica. A “conveniência” está em contornar o desafio de pôr em prática uma regulamentação que deverá ser capilar e evolutiva para minimizar sofrimento e violência conforme os locais, o que soa como uma utopia chinesa aos ouvidos dos estamentos que governam nosso país.

³ A propósito, a visão ainda dominante sobre os ludistas é contestada por eminentes historiadores desde os anos 1960. E.P. Thompson, Eric Hobsbawm e Kevin Binfield desfizeram a imagem do movimento ludista como um movimento cego contra a tecnologia. Os ludistas eram artesãos qualificados que entendiam perfeitamente as máquinas e não eram contra a tecnologia em si, mas quando seu uso substituíu a mão de obra humana de forma prejudicial. Seu movimento era uma reação às desigualdades econômicas, não à inovação técnica. A crítica era ao modelo de exploração, não à máquina como objeto.

Muito esquematicamente, carente de incontáveis complementos e aperfeiçoamentos, essa utopia envolveria (a) a criação de dispositivos métricos detalhados e evolutivos de acompanhamento e contagem (uma estatística) de demissões e contratações ligadas às IAs no âmbito de coletivos locais, com capilaridade suficiente para detalhar a situação no mercado de trabalho indo pelo menos ao nível municipal; (b) o engajamento de coletivos comunitários, sejam sindicatos, partidos políticos, grupos profissionais, empregados de uma empresa, redes sociais etc. interessadas em negociações que evolutivamente lutem por estabelecer uma regulamentação visando pôr em prática um fluxo equilibrado de demissões (trabalhos assumidos pelas IAs) e admissões (novos trabalhos para humanos) medidos por (a) em determinada região, estado ou município; (c) a criação e implantação pelo Estado de um arcabouço legal que estabeleça as condições para que estas negociações entrem em cena com a força dos dispositivos legais. A rede desses elementos entrelaçados definiria propriamente o escopo de uma contabilidade, uma métrica, uma medida para avaliar materialmente o custo e em decorrência o “ganho de eficiência” (“produção” / “custo”) trazido pelas IAs.

Para ser bem-sucedido, uma transformação do tipo sugerido acima na maneira de construir políticas públicas teria que ganhar escala numa formação “de baixo para cima”, com a participação e condução daqueles que são vítimas da violência e encarnam o sofrimento envolvido nas disrupções trazidas pelas IAs. Para quem tem seu trabalho rotineiro substituído pelas IAs, o desaparecimento do trabalho humano nos *call centers* e escritórios acontecer ao longo de dez, de cinco ou de um ano faz bastante diferença.

Impossível! Já ouço o descarte da proposta de recepção das IAs esboçada acima pelos estamentos que governam o Brasil, alegando desde “ingenuidade” a “radicalismo utópico”, não obstante a crescente admiração pelas realizações chinesas tão aparentes nas últimas décadas.

DA MÃO INVISÍVEL PARA AS MÃOS VISÍVEIS

Como ponto de partida *sine qua non* é preciso reconhecer que o grau de violência e sofrimento pode ser ao menos em parte controlado mediante regulamentação. A ignição daquele “de baixo para cima” pode contar com o engajamento de coletivos mediadores nos diversos âmbitos sociotécnicos pelos brasis afora. São muitos os exemplos de grupos mediadores do sofrimento, formados em associações formais ou informais de mulheres e homens das diversas ocupações e classes sociais. Em torno da questão de como resistir ao catastrófico lembremos que o engajamento em um coletivo mediador faz com que seus participantes se destaquem como praticantes que participam da formulação de problemas e não só como analistas ou usuários.

Em seu livro “Em meio ao catastrófico: resistindo à barbárie que se aproxima”, a filósofa belga Isabelle Stengers descreveu a capacidade de “pensar e agir em conjunto” como a possibilidade de uma “inteligência coletiva” incorporada em “grupos que reivindicam a capacidade de intervir, de complicar as coisas, de se intrometer naquilo que – tanto do ponto de vista do Estado quanto do Empresariado – não lhes diz respeito”. (STENGERS, 2015, p. 77)⁴

POLITIZAR AS IAS

Um dos enormes desafios para o nosso país diante das IAs é se preparar a tempo criando dispositivos métricos próprios para discutir ampla e democraticamente este “ganho de eficiência” e intervir escapando da força desenfreada do mercado que, *grosso modo*, foi no Ocidente elevada à categoria cognitiva de força natural. Lutemos para que nossos coletivos de pensamento tenham a perspectiva de intervenção e vivam a tensão envolvida na escolha das formas de intervir. Com as IAs, caso a caso, quem ganha e quem perde, onde, quando e o quê? E com quais IAs?

⁴ Isabelle Stengers configura esses grupos que reivindicam a capacidade de intervir como construtores de pontes entre demandas locais concretas e as ações institucionais que são as suas traduções pelo Estado. No Brasil, há vários processos em que ativistas, lideranças comunitárias ou mediadores desempenharam esse papel. Nesse diapasão pode-se pensar nos Agentes Comunitários de Saúde, no modelo da Saúde da Família, assim como no reconhecimento das Reservas Extrativistas, nas políticas voltadas a povos tradicionais, na transformação de tecnologias sociais em programas de governo, como as cisternas do Semiárido. (Lei nº 11.350/2006 (Regulamentação do trabalho do ACS); Lei nº 9.985/2000 (SNUC – Criação das RESEX); Decreto nº 6.040/2007 (Política para Povos e Comunidades Tradicionais); Programa Água para Todos). Ressoa aí também a tradução da demanda por independência tecnológica feita por profissionais técnicos em informática na política industrial para fabricação de minicomputadores no Brasil nos anos 1970. (DA COSTA MARQUES, 2000) Esses grupos que justapõem atores-redes são cruciais para a efetivação de controles socioeconômicos via conselhos gestores.

REFERÊNCIAS

DA COSTA MARQUES, I. Reserva de mercado: um mal entendido caso político-tecnológico de “sucesso” democrático e “fracasso” autoritário. **Revista de Economia da Universidade Federal do Paraná**, 24, n. 26, p. 91-116, 2000.

POLANYI, K. **A Grande Transformação - as origens da nossa época**. Tradução WROBEL, F. e ARAÚJO, R. B. d. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1944/2000. 350 p.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes - resistir à barbárie que se aproxima**. Tradução RIBEIRO, E. A. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 160 p.

Os modelos de linguagem em larga escala e a auto-engenharia reversa do *Homo sapiens*

Daniel Guerrini¹

INTRODUÇÃO

Modelos de linguagem em larga escala (MLLE) hoje desempenham inúmeras tarefas. Além dos conhecidos mecanismos de chat, esses modelos são integrados em robôs que são testados em unidades produtivas, cirurgias médicas, situações de combate e tantos outros contextos.

Os MLLE são programados para analisar estatisticamente usos da linguagem humana e identificar seus padrões. É assim que são treinados e, mobilizando tais padrões sob demanda, tornam-se linguisticamente “competentes”. Interagimos com esses modelos e muitas vezes temos a impressão de estarmos conversando com alguém de carne e osso.

A pergunta sobre se modelos de linguagem artificiais algum dia superarão o ser humano me parece sequer ter relevância. A capacidade de processamento desses modelos já é muito superior e mais veloz do que a de nosso aparato biológico. Por isso estamos a todo momento tentando convencer a nós mesmos de que temos um quê a mais que as máquinas. Gostamos de dizer que as máquinas jamais serão capazes de ‘x’. Substitua ‘x’ pelo que seu senso desmedido de auto-importância ditar e pronto.

1 Doutor em Sociologia. Professor da UTFPR, campus Londrina. Professor do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. Associado da ESOCITE.BR

Mas a pergunta também me parece deslocada, pois modelos de linguagem em larga escala não lidam com o significado das palavras. Eles as codificam em vetores multidimensionais através dos quais operam, identificando padrões e relações estatísticas que os fazem “prever” uma resposta adequada e coerente para um dado “input” (e.g., perguntas em mecanismos de chat). Para MLL, palavras, partes de palavras, frases e orações são apenas vetores e relações entre vetores muito frequentes nos infinitos usos de linguagem processados para seu aprendizado. Existe, portanto, uma racionalidade na linguagem humana que os MLL identificam ao operá-la de maneira puramente matemática.

Isso, ao meu ver, é evidência de que a) a linguagem humana é uma realidade específica e autônoma e que b) realizamos uma engenharia reversa sobre nós mesmos. Sem termos um consenso científico sobre a natureza da linguagem humana, a colocamos para funcionar por meio de máquinas para as quais essa operação é destituída de qualquer significado. Esse evento, entretanto, aponta para postulados que certa antropologia demarcou há mais de cem anos. Quando observamos que os modelos de linguagem trabalham com palavras ou porções suas desprovidas de significado, estamos dizendo que elas trabalham com a lógica significante. O signo linguístico, segundo a tradição teórica a qual me refiro, divide-se entre significante e significado, o primeiro tendo primazia sobre o segundo. Significantes se conectam em um sistema sincrônico diferencial, ou seja, como estrutura. O valor de cada significante se dá na relação que este mantém com todos os outros significantes do sistema. A estrutura, portanto, é uma realidade autônoma, um postulado sociológico e antropológico desde Émile Durkheim (2020) e que será trabalhado no interior do arcabouço estruturalista por Lévi-Strauss (2003; 2015), influenciando diretamente Jacques Lacan (1999).

Proponho discutir (brevemente) a linguagem segundo essa tradição teórica para entendermos algumas implicações dos MLL nos dias atuais.

LINGUAGEM, O SUJEITO HUMANO E A CASTRAÇÃO

Que cada pessoa seja suporte de uma estrutura, como atesta a referida tradição teórica, não é o mesmo que desenvolver competências linguísticas para a nossa comunicação do dia a dia. Como, então, se passa da estrutura significante para a significação do mundo pelo discurso? Esse é o cerne da discussão antropológica e psicanalítica sobre a castração.

Em “estruturas elementares”, Lévi-Strauss (2003) argumenta que a interdição do incesto seria o ponto de passagem da natureza para a cultura. Com isso se garantiria que os elementos da cultura humana pudessem ser comunicados, fundando a sociedade em oposição à natureza.

Em outro texto, entretanto, Lévi-Strauss (2015) afirma que a atividade simbólica tem como móbil a restauração de uma unidade vivida como contraditória, realizando sínteses que são da ordem do pensamento e não do real. Esse caráter relacional do pensamento simbólico, diz o autor, implicou um mundo que não foi sendo significado aos poucos, mas um momento em que “... de um estágio em que nada tinha um sentido [passou-se] para um outro em que tudo o possuía” e “... o Universo inteiro, de uma só vez, tornou-se significativo” (Lévi-Strauss, 2015, p. 39).

Essa intuição estruturalista, me parece, Lacan (1999) a aproveita para superar o argumento de que a castração seria uma operação arbitrária da cultura como a interdição do incesto. Castração é uma condição da espécie humana. Ela diz respeito à nossa altricialidade, algo que compartilhamos com outras espécies animais, mas que, no nosso caso, é resolvida com o artifício da linguagem e não através de uma inscrição biologicamente herdada.

A teoria lacaniana, tanto quanto Durkheim (2017; 2020) e Mauss (2015), concebe o ‘eu’ como uma instância que resulta da socialização. Antes disso o espécime é pura desarticulação. É sua entrada na linguagem que o organiza e faz dele um sujeito, unificando seu corpo e produzindo a instância psíquica dessa unificação, o ‘eu’.

Entrar na linguagem é assumir uma posição em uma matriz significante que nos coloca em relação (fundamentalmente hierarquizada) com outros membros da espécie. Logo, a falta nos é constitutiva e não imposta pela cultura humana anterior a cada indivíduo. Ela tampouco desaparece, como no caso da altricialidade de outros animais. A inscrição significante em um organismo ainda não socializado nega, preserva e eleva a falta ao estatuto de conceito, ou seja, forma-se um sujeito, uma posição na estrutura. Nessa constituição do sujeito, há uma singular e contingente articulação entre significante e significado que será a marca de seu discurso sobre o mundo, sua particularidade em meio à objetividade da estrutura.

A linguagem, portanto, é um novo fenômeno no mundo natural, que em dadas circunstâncias articulou um mamífero profundamente desamparado por nascimento. Castração (simbólica) é o que articula a falta como linguagem. Isso nos possibilitou uma plasticidade sem precedentes e uma capacidade de nos adaptarmos em qualquer canto do globo terrestre. É com a dimensão simbólica que negamos a positividade do real natural e, assim, construímos o mundo humano propriamente dito. O momento de surgimento da espécie humana foi, portanto, o momento de surgimento da linguagem e, por isso, o mundo tornou-se imediatamente significado em sua totalidade. Todo processo civilizatório é a expansão dessa significação primeira. Vamos preenchendo a falta constitutiva com um sempre mais extenso e intenso uso da linguagem, povoando o globo com um mundo de nossa criação... e de nossa destruição, mas deixemos esse tema pra outra hora.

A brevidade desta discussão, claro, compromete aspectos da teoria que poderíamos alargar e aprofundar em proveito da precisão conceitual. Mas o que me interessa é ressaltar como a espécie humana introduz a diferença no mundo natural. Sobre um organismo em desamparo, a linguagem articula a falta como sujeito, que a partir disso se move.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a linguagem é o esforço de restauração de uma unidade vivida como contraditória, estamos falando aqui de uma espécie animal que em algum momento separou-se da positividade do real natural e, por meio da linguagem, busca uma restauração, sempre mítica, dessa separação. Afinal, só se é humano quando não se está mais plenamente no real, e quando se esteve no real, não se era humano. Isso lança luz sobre o avanço dos MLE tal qual descrito no início deste artigo. Tendo “hackeado” a nós mesmos, colocando máquinas a operarem a linguagem com uma precisão e velocidade que, nesses quesitos, torna obsoleto nosso aparato biológico, o que estamos fazendo é delegar às máquinas o esforço de estruturação simbólica da falta.

O problema é que, como dissemos, esse movimento é a “Aufhebung” da falta constitutiva, nunca sua supressão. É o movimento pelo qual sempre e incessantemente nos impelimos a criar um mundo em oposição ao dado. A delegação do esforço necessário ao movimento, entretanto, vai nos iludindo quanto à possibilidade de sua derradeira eliminação. Assim, enquanto sonhamos idilicamente com uma vida de pura fruição, com mais tempo para as pessoas amadas, entre outras platitudes, ironicamente assistimos ao grassar de jovens desmotivados e frustrados sem nunca terem efetivamente realizado obra alguma e adultos cada vez mais desesperados diante da falta que insiste em reaparecer, pois é um dado insuperável de nossa espécie.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. **As Regras do método sociológico**. Brasil: Editora Vozes, 2020.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Brasil: Editora Vozes, 2017.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente**. Brasil: Zahar, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Brasil: Vozes, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: Mauss, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

